

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

BÁRBARA SILVESTRE FERRAZ

**ANÁLISE DO EXERCÍCIO DO PODER PARLAMENTAR PELAS MULHERES NA
DELIBERAÇÃO DO PEE-PR 2015-2025: UMA ABORDAGEM QUEER PARA
TEMPOS DE CRISE DEMOCRÁTICA**

CURITIBA/PR

2017

BÁRBARA SILVESTRE FERRAZ

**ANÁLISE DO EXERCÍCIO DO PODER PARLAMENTAR PELAS MULHERES NA
DELIBERAÇÃO DO PEE-PR 2015-2025: UMA ABORDAGEM QUEER PARA
TEMPOS DE CRISE DEMOCRÁTICA**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eneida Desiree Salgado.

CURITIBA/PR

2017

Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Direito da Universidade Federal do Paraná.

BÁRBARA SILVESTRE FERRAZ

Monografia apresentada em ____/____/____

Eneida Desiree Salgado

Orientadora

Angela Couto Machado Fonseca

1º Membro

Jasmine Moreira

2º Membro

DEDICATÓRIA

*Para aquela que colhe flores e canta suas próprias músicas,
balança os braços e faz rodopios,
se esconde entre as minhas pernas e ri quando cai no chão,
cobre os olhos com o próprio cabelo para estancar o sol e faz pinturas no rosto com
iogurte,
gosta de pega-pega, lua e batuque,
Para Catarina
porque um dia, minha filha,
você pode se sentir um pouco fora da ordem
(todos nós em algum momento nos sentimos)
E está tudo bem,
Não tenha medo,
Eu te amo.*

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Eneida Desiree Salgado, indivíduo que me foi exemplo de dedicação e sem a qual esse trabalho não seria possível. Muito obrigada pela atenção destinada.

À Catarina Ferraz Santoro, por me receber no final do dia com euforia e abraços apertados.

À Natalia Alves Graton por ser amiga e confidente. Obrigada por ser entusiasta do meu sucesso.

Ao grande amigo da graduação Washington Richel Saito que tornou os dias na Santos Andrade mais alegres.

À Heloisa Bonamigo, vizinha e também amiga da faculdade, agradeço o suporte e o amparo.

À Valeska Walchaki, Desiree Silveira, Gabriele Legroski, Giovanna Balliana e Mariana Albuquerque, amigas antigas e amigas recentes, obrigada por estarem presentes. Agradeço as risadas, a companhia diária e a solidariedade.

Aos meus pais Celia Maria Silvestre e Elias Pereira Ferraz que desde cedo retribuíram minha rebeldia com amor e cuidado, obrigada mãe e pai pela confiança depositada. Nunca vou poder compensar todo o esforço realizado pelos dois. Serão sempre meus maiores exemplos de bravura.

Aos meus irmãos Ághata Silvestre Ferraz e Alisson Silvestre Ferraz pelo amor dedicado e por terem acreditado que eu daria conta do pedido.

À minha avó Izabela Gonçalves Silvestre, por inspirar à mim e mais um sem-número de pessoas.

Ao meu querido tio Osmar Gonçalves Silvestre, por se dedicar na minha criação e dos meus irmãos, pela entrega e carinho.

Ao Gustavo Ferreira Santoro por caminhar ao meu lado durante essa trajetória. Obrigada pela paciência, companheirismo e afeto. Me ensinou o valor da amizade e que há mais sabedoria na diversão do que comumente suspeitamos. Sempre presente e zeloso ao cuidar da nossa filha, especialmente quando, por várias vezes, fiquei no trabalho até tarde da noite para poder pesquisar. Sou muito grata.

“Devo admitir que a única reflexão que me vem à mente espontaneamente diante da chegada desta mulher ao quarto posto mais importante do poder na Italia é (parafraseando Bossi), Deus me proteja do fanatismo das mulheres porque o dos homens eu controlo.” Eleni Varikas

“Ela era tão mulher que, por um momento, eu não sabia mais quem eu era”. Título do segundo capítulo do romance O primeiro homem mau de Miranda July

RESUMO

A monografia trata do tema da representação política a partir da análise do recebimento da proposta do Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2025 pelas deputadas paranaenses na Assembleia Legislativa do Paraná, seu trâmite e votação. Há um movimento global para adicionar mulheres aos parlamentos, nesse sentido o presente estudo discute se o aumento do número de mulheres nas legislaturas necessariamente melhora a representação das mulheres e a democratização das instituições. Investiga-se os impactos do “gênero” na tomada de decisões realizada na arena política e seus efeitos na elaboração de normativas heterossexistas para a escola. No que tange em resolver o problema da inclusão nas instituições democráticas conclui-se pela contraprodução em inscrever garantias àqueles que guardam um conservadorismo potencial. A abordagem queer possibilita pensar a emergência de um projeto de democracia mais plural para a Casa de Leis paranaense.

Palavras-chave: Plano Estadual de Educação do Paraná. Mulheres. Representação Política. Queer. Heterossexualidade compulsória.

ABSTRACT

This final thesis deals with the theme of political representation from the analysis of the receipt of the proposal of the State Education Plan for the decade 2015-2025 by the deputies in the Legislative Assembly of Paraná. There is a global movement to add women to parliaments. In this sense this study discusses whether the increase in the number of women in legislatures necessarily improves the representation of women and the democratization of the institutions. The impacts of “gender” in decision-making in the political arena and its effects on the development of heterosexist norms for the school are investigated. With regard to solving the problem of inclusion in democratic institutions, it is concluded that it is counterproductive to inscribe guarantees to those who have a potential conservatism. The queer approach makes it possible to think about the emergence of a more pluralistic democratic project for the House of Laws of Paraná.

Key words: State Education Plan of Paraná. Women. Political Representation. Queer. Compulsory heterosexuality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP-PR – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

Conae – I Conferência Nacional da Educação

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e transgêneros

OAB-PR – Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná

PEE-PR – Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná

PL – Projeto de Lei

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SD – Solidariedade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - Corpos e identidades	14
1.1 A invenção dos corpos	14
1.2 A heteronormatividade	21
CAPÍTULO II - Deliberação do Plano Estadual de Educação 2015-2025 na Assembleia Legislativa do Paraná	30
2.1 As emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 277/2015.....	30
2.2 A desconstrução dos discursos das deputadas paranaenses.....	36
CAPÍTULO III - Teoria democrática e representação	51
3.1 Representação política das mulheres	51
3.2 Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Autuada na Assembleia Legislativa do Paraná em 18 de maio de 2015 como Projeto de Lei n.º 377/2015, a proposta do Plano Estadual de Educação do Paraná (mensagem n.º 23/2015) de autoria do Comitê Gestor instituído pelo Decreto n.º 12.728/2014 foi aprovada na Casa de Leis paranaense um dia antes apenas da data limite estipulada no Plano Nacional para sua aprovação. Em um curto período de pouco mais de um mês, o texto obteve várias emendas, sendo sessenta e seis a quantidade de emendas de Plenário oferecidas somente na data de 17 de junho de 2015.

O debate entre educadores, estudantes, especialistas e membros da sociedade civil para construir o texto do PEE-PR levou um tempo bem maior. Durante quatro anos em conferências municipais, intermunicipais e estaduais de educação a proposta do Plano foi discutida, e, ao fim, foi elaborada como política de Estado para implicar “o avanço educacional estadual e na superação das desigualdades historicamente construídas, promovendo uma educação de qualidade para todos os paranaenses.”¹ Em 2013 antecedeu o CONAE 2014 (I Conferência Nacional de Educação) a Conferência Livre Estadual que teve o tema “Educação e diversidade: Justiça Social, inclusão e direitos humanos”; em julho de 2013 houve a “Conferência Livre Nacional de Educação em Respeito à Diversidade Sexual” onde, entre outros acontecimentos, foi aprovado o “Manifesto por uma Educação de Respeito à Diversidade Sexual”. Em abril de 2015 a “Conferência de Educação em Respeito à Diversidade Sexual - Discutindo o Plano Estadual e os Planos Municipais de Educação” buscou dar subsídios para o Plano Estadual de Educação do Paraná e para os Planos Municipais de Educação que estavam sendo elaborados.

Em relação ao processo parlamentar, se destaca a articulação de forças dentro do parlamento para definir o tratamento na redação do Plano que as escolas deveriam dar à chamada questão de gênero, sem dúvidas a principal tormenta acerca do texto que seria votado. Na data de votação do PEE, católicas(os) e evangélicas(os) acataram o chamado de ao menos duas deputadas da Casa para, presentes na data de votação do Plano, reivindicarem que a “ideologia de gênero” fosse barrada do texto.

1 Autos do Protocolado n.º: 2481/2015 PODER LEGISLATIVO/PR. Ementa: Mensagem nº 23/2015. Aprovação do Plano Estadual de Educação e Adoção de Outras Providências. p. 28.

A ALEP-PR conta na atual legislatura com quatro mulheres deputadas em um total de cinquenta e quatro parlamentares, duas delas empenhadas na mobilização citada. A ação política das Deputadas Claudia Pereira (PSC) em sua 1ª Legislatura e Cantora Mara Lima (PSDB), 2ª Legislatura, contou com o suporte de palestras e escritos produzidos por religiosos, vídeos que foram compartilhados em suas redes sociais e nos eventos criados no *Facebook* para mobilizar os cidadãos expostos à ameaçadora narrativa da “ideologia de gênero”. As consequências desse apelo estiveram estampadas em faixas levadas até a votação que diziam: “As ideólogas do gênero não enxergam as diferenças entre homem e mulher? Óculos para elas!!!”; “Sabe o que acontece quando o gênero se instala num país? O número de estupros aumentou 1000% na Suécia (10 vezes mais)”; “Sabia que a Suécia se tornou a campeã europeia de suicídio entre jovens após adotar a ideologia de gênero?” (sic), “Educação sim, gênero não”, etc..

Esta pesquisa surgiu de uma proposta para tratar dos desafios feministas acerca da representação política das mulheres e minorias sexuais a partir da deliberação do PEE-PR, visto que durante a discussão do PEE na ALEP-PR sobressaíram as ações políticas de grande peso realizadas por duas deputadas. Sabe-se que as mulheres são sub-representadas nas assembleias da maior parte do mundo hoje, e muito se fala disso. Contudo, se quer examinar se o aumento no número de mulheres nas instituições democráticas melhora a representação das mulheres e a democratização das instituições.

O que interessava inicialmente no entrecruzamento da redação modificada do Plano e a leitura de Foucault e da teoria queer era mostrar como a sexualidade é penetrada por relações de poder e absorvida pelo exercício da política, resultando na formulação de políticas heterossexistas para a escola. Contudo, com o avanço da pesquisa, os entendimentos derivados da teoria queer na seara da identidade de gênero contribuíram para identificar ainda, uma exigência de conformação às convenções arbitrárias de feminilidade na ALEP-PR; quando as mulheres não são adequadamente representadas; quando as mulheres exercem o papel de perpetuar desigualdades; quando a democracia serve como mecanismo de dominação; e, refletir a demanda pela paridade dos sexos nas democracias e sua potência de endossar a natureza fundamental da divisão masculino/feminino.²

2 Em artigo nominado “‘La Querelle des Femmes’ no final do século XX”, publicado originalmente como “‘La Querelle des Femmes’ in the late Twentieth Century” na *New Left Review*, Joan W. Scott

O coletivo “O que você Queer?” destaca que o queer funciona como um modo de criticar a inclusão de uma agenda de respeito às alteridades sem uma real transformação da sociedade.³ Aumentar o número de mulheres em posições de poder é hoje prioridade para movimentos de mulheres e para governos ao redor do mundo. Para atingir esse objetivo os Estados e ativistas têm visto as leis de cotas como a melhor estratégia. A pesquisa busca demonstrar a importância de sublinhar não só quem representa (representação descritiva), mas como a representação substantiva das mulheres e outras minorias sexuais ocorre. A análise relacionando o PEE problematiza o que conta como uma boa representação das mulheres. A representação descritiva pode ser uma aposta daqueles que querem avançar a representação substantiva? Como os corpos que escapam da norma padronizante acerca da sexualidade são impactados pela ação política das mulheres na ALEP-PR? Pode-se dizer que estas se comportam diferente dos seus homólogos masculinos? As razões institucionais pelas quais certos grupos são deficitários de recursos políticos e influência adequada seriam amenizadas com o bloqueio a grupos antidemocráticos nas instituições? Tais restrições seriam estendidas às mulheres com práticas antidemocráticas? Explorar o tema para além da demanda pela presença física paritária dos dois sexos nas assembleias complexifica o tema, acrescenta à compreensão de democracia e diz respeito também a identificar o conteúdo político da noção de representação das mulheres.

pontuou que os teóricos queer americanos ainda não fizeram objeções à paridade, apesar da oposição contra o movimento pela paridade afirmar que esta reitera a crença na diferença natural entre os sexos.

3 “Lo queer funciona como un medio de criticar la inclusión de una agenda de respeto a las otredades sin una real transformación de la sociedad”. Entrevista concedida à Distintas Latitudes, plataforma digital de informação e análise sobre acontecimentos da América Latina, pelo coletivo de Belo Horizonte “O que você queer?”. Disponível em: distintaslatitudes.net/la-oleada-queer-cuestiona-privilegios-en-brasil

CAPÍTULO I - Corpos e identidades

1.1 A invenção dos corpos

“No princípio era a carne”⁴, assim inicia Tania Navarro-Swain⁵ o texto apresentado em mesa redonda no II Congresso da Associação Brasileira de Homocultura, “O normal e o 'abjeto': a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres”. Como enuncia a historiadora, a carne tornou-se corpo, vórtice das relações sociais, com incontáveis faces e expressões. Infinitas potências tinham esses corpos que, segundo ela, em algumas culturas, em algum momento, foram divididos e, dois se tornaram. O dualismo passou a marcar espaços, delimitar ações, exigir comportamentos. Dessa díade brotou o destino biológico, e discursos foram construídos sobre a natureza dos corpos, o cérebro, as capacidades, a força em torno de um detalhe anatômico: o sexo. Fora evidenciada com toda a intensidade uma pequena parte do corpo e dali erigiu um sistema binário e hierarquizado. De acordo com a professora, após serem definidos homens e mulheres, instituiu-se a imagem de uma natureza, cujas essências ordenariam comportamentos, instintos, aptidões. Foram assim moldados corpos em valores sociais, “em imagens forjadas que se articulam em práticas, cujo enraizamento é sua própria repetição”.⁶ Em outro texto, afirmará que “No cadinho das práticas sociais o ‘eu’ se forja em peles, delimitando corpos [...], identidades contidas em papéis definidores: homem, mulher,

4 NAVARRO-SWAIN, T. (2004). **O normal e o “abjeto”**: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys. Estudos Feministas (Online), web, v. 6, n.agosto/dez, p. 1-11, 2004. p.1.

5 **Tania Navarro-Swain** foi professora do Departamento de História da Universidade de Brasília, doutora pela Université de Paris III, Sorbonne. Fez seu pós-doutorado na Universidade de Montréal, onde lecionou durante um semestre; na Université du Québec à Montréal, (UQAM), foi professora associada ao IREF, Institut de Recherches et d'Études Féministes. Ministra um curso de Estudos Feministas na graduação e trabalha na área de concentração com a mesma denominação na pós-graduação. Publicou recentemente um livro pela Brasiliense, “O que é lesbianismo”, 2000 e organizou um número especial “Feminismos: teorias e perspectivas” da revista Textos de História, do Departamento de História da UnB, lançado em 2002. Organizou igualmente um livro “História no Plural”, além de vários capítulos de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Retirado de: <http://www.tanianavarroswain.com.br/p2.html>.

6 Ibid., p.1.

assim fomos criados, por uma voz tão ilusória quanto real em seus efeitos de significação”.⁷

Tania Navarro-Swain denuncia que as possibilidades eram várias como a cor dos olhos, a idade, a sabedoria, a aura, os dons artísticos ou manuais. Pode-se acrescer, ainda, o zodíaco, a habilidade de escrever com a mão direita ou esquerda, o daltonismo, etc. Mas em específico, foi o sexo que “instituiu a forma dos seres e deu-lhes corpos a serem moldados, esculpidos, domesticados e disciplinados em sua expressão sócio-sexual”.⁸ Para ela, portanto, se trata de uma “invenção social”⁹ que modelou os corpos em feminino e masculino.

Uma vez que o sexo passa a ser a evidência máxima dos seres, os corpos e o sexo são considerados dados “pré-discursivos, superfícies permeáveis à escrita social, às roupagens culturais. O sexo biológico, nesta ótica, permanece inalterado ao receber as injunções do gênero”.¹⁰ Assim se explicita o eixo do sistema sexo/gênero, ao qual serve o sexo biológico de base/apoio, para a construção de gênero social formulada por algumas teóricas feministas.

Joan Scott¹¹ traz um panorama de abordagens e debates que constituíram a área de pesquisa do gênero em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. A autora entende gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”¹², e como “uma forma

7 NAVARRO-SWAIN, T. (2000). **“A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário”**. Textos de História, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 (Feminismos: Teorias e Perspectivas. Número organizado por Tânia Navarro Swain), p. 47-85, 2000. p. 48.

8 NAVARRO-SWAIN, T. (2004). **O normal e o “abjeto”**: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys. Estudos Feministas (Online), web, v. 6, n. agosto/dez, p. 1-11, 2004. p.1, 2.

9 Ibid., p.2.

10 Ibid., loc. cit.

11 Os estudos de **Joan Scott** desafiaram os fundamentos da prática histórica convencional, incluindo a natureza da evidência histórica e da experiência histórica e o papel da narrativa na escrita da história. De modo geral, o objeto de seu trabalho é a questão da diferença na história: seus usos, enunciações, implementações, justificações e transformações na construção da vida social e política. Os recentes livros de Scott focalizaram o relacionamento problemático da particularidade do gênero com a força universalizadora da política democrática. Entre eles estão *Gender and the Politics of History* (1988), *Only Paradoxes to Offer: French Feminists and the Rights of Man* (1996), *Parité: Sexual Equality and the Crisis of French Universalism* (2005), *The Politics of the Veil* (2007), and *The Fantasy of Feminist History* (2011). [tradução da autora da monografia]. Retirado de: <https://www.ias.edu/scholars/scott>.

12 SCOTT, Joan Wallach (1995). **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988) por Guacira Lopes Louro. Primeira versão americana: SCOTT, J. W.. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075. p.86.

primária de dar significado às relações de poder”¹³, envolvido com elementos de representação simbólica, conceitos normativos, parentesco e identidade subjetiva. Uma visão que define gênero como sendo criação social para significar as diferenças dos corpos sexualizados assentada em uma dicotomia entre sexo (natureza) versus gênero (cultura).

Judith Butler¹⁴ é autora da obra considerada fundadora dos estudos queer publicada em 1990, nominada no Brasil “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”. Para a filósofa, a construção de Scott não problematizava as categorias homem/mulher, tomava o sexo e as diferenças percebidas como um dado da natureza. Para Butler o próprio sexo, a base para macho ou fêmea baseada em diferenças materiais, é resultado de práticas linguístico-discursivas que produzem, regulam e reiteram essa categoria. Trata-se de construção histórica realizada de acordo com determinadas características corporais, que arquitetam normas regulatórias capazes de materializar o sexo.¹⁵ Nessa abordagem, qualquer outro sentido de sexo o transformaria numa categoria ahistórica, anterior às experiências, já que estaria ligado simplesmente às diferenças percebidas nos corpos.

Butler desestabiliza a relação direta, incisiva nas normas sociais, entre anatomia e gênero. Ela problematiza uma relação causal entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Para ela, tal relação não preexiste, já que é sempre um fazer; assim

13 SCOTT, Joan Wallach (1995). “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988) por Guacira Lopes Louro. Primeira versão americana: SCOTT, J. W.. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. The American Historical Review, vol. 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075. p.86.

14 **Judith Butler** é professora na European Graduate School/EGS e dirige o Departamento de Literatura Comparada e do Programa de Teoria Crítica da Universidade da Califórnia em Berkeley. É filósofa e uma das pensadoras mais desafiadoras do nosso tempo. Ganhou destaque em 1990 com a publicação de “Gender Trouble”, o que causou um revés inesperado ao descobrir explícitos pressupostos fundamentais tanto na filosofia quanto na teoria feminista, ou seja, a facticidade do sexo. O polêmico debate sobre o(s) assunto(s) se estendeu muito além do mundo acadêmico, ao qual Butler respondeu, em parte, em “Bodies that Matter” (1993). O rigor acadêmico de Butler é perseguido através de leituras inovadoras e críticas de uma ampla gama de textos em filosofia, psicanálise e literatura, desafiando os limites do pensamento disciplinar. Dentro e além disso, Judith Butler também é conhecida por sua voz crítica no discurso sociopolítico e no debate. Suas qualidades como pensador refletem-se na sua abertura ao que está em jogo no presente e em seu empenho apaixonado em conversas com contemporâneos dentro e fora da academia [tradução da autora da monografia]. Retirado de: <http://egs.edu/faculty/judith-butler>.

15 BUTLER, Judith (2013). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Original publicado em 1990).

sendo, precisa forçosamente ser reiterada por normas regulatórias.¹⁶ Essa pretensa coerência interna implica que esse dado sexo será determinante do gênero e induzirá a uma única forma de desejo (heterossexual), bem por isso, no pensamento de Butler, não é possível utilizar gênero como construção social das relações entre os sexos, já que as diferenças físicas percebidas, e nomeadas, como do sexo masculino ou do feminino são, elas próprias, construções sociais arbitrárias e normativas. Nesse sentido gênero é analisado como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa. Como explica Berenice Bento¹⁷, essa tecnologia é operacionalizada pelas instituições médicas, lingüísticas, domésticas, escolares que “produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. [...] consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências 'naturais' e disposições heterossexuais naturais.”¹⁸

Judith Butler percebe, analisando as performances drag, que a performance travestida corresponde às ações que demarcam o gênero heterossexual, performances pertencentes a um sistema regulatório de repetição de condutas em acordo com a heteronormatividade. O “sexo” consoante a pesquisa de Butler não é meramente uma “descrição estática daquilo que alguém é”, com efeito o “sexo” é norma pela qual o “alguém” é viabilizado, “é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”.¹⁹ Nesse sentido, “não há gênero fora de práticas de gênero”²⁰.

16 BUTLER, Judith (2013). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Original publicado em 1990). p.45.

17 **Berenice Bento** possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (1994), mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília/ Universitat de Barcelona (2003). Professora adjunta III da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, transexualidade, sexualidade, direitos humanos, estudos queer. Editora da Revista Cronos/PPGCS (2011-2013). Participa de eventos nacionais e internacionais. Publica em periódicos nacionais e internacionais. Autora dos livros: “A reinvenção do corpo: gênero e sexualidade na experiência transexual” (Garamond, 2006, 1a. edição/ EDUFRN, 2014, 2a. edição); “O que é transexualidade” (Coleção Primeiros Passos/Brasiliense, 2008); “Homem não tece dor: queixas e perplexidades masculinas” (EDUFRN, 2013); “Estrangeira: uma paraíba em Nova Iorque” (Annablume, 2016). Agraciada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos (2011), concedido pela Presidência da República. Pós-doutora pela City University of New York (CUNY/EUA). Retirado de: <http://lattes.cnpq.br/9597756345795906>.

18 BENTO, B. (2006). **Corpos e próteses**: Dos limites discursivos do dimorfismo [Versão eletrônica]. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero em Florianópolis, 7, 1-7. Recuperado em 12 junho de 2010, de http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf

19 BUTLER, Judith (2000). **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Org. LOURO, Guacira Lopes. Traduções: SILVA, Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Publicado originalmente com o título "Introduction", no livro: Judith Butler. Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'. Nova York/Londres: Routledge, 1993: pp.1-16. p.154.

²⁰ BUTLER, Judith (2013). op. cit..

Todavia, a “categoria do sexo” não é apenas norma, conforme explicará Judith Butler na Introdução de seu segundo livro “Bodies that matter”, cuja tradução foi publicada no Brasil por Guacira Lopes Louro²¹. Ela se insere em uma prática regulatória que manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, “que produz os corpos que governa”²², “o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla”.²³ Para ela esse processo se dá forçosamente através da repetição. A necessidade da reiteração sinaliza que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta.”²⁴

As normas regulatórias do “sexo” trabalham segundo Butler de uma forma performativa para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo sexual heterossexual. Dentre os pontos que ela ressalta, está a vinculação do processo de “assumir” um sexo com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações.²⁵

Judith Butler explica que os sujeitos são formados por uma matriz que produz, simultaneamente, os seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito.²⁶ O abjeto sinala as bordas “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.”²⁷ É nessa

21 **Guacira Lopes Louro** é licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), Mestre em Educação pela mesma universidade (1976) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1986). Professora Titular aposentada da UFRGS, onde atua como colaboradora convidada no Programa de Pósgraduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero.

22 BUTLER, Judith (2000). **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Org. LOURO, Guacira Lopes. Traduções: SILVA, Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Publicado originalmente com o título “Introduction”, no livro: Judith Butler. Bodies that matter. On the discursive limites of ‘sex’. Nova York/Londres: Routledge, 1993: pp.1-16. p.153.

23 Ibid.. p.154.

24 Ibid.. loc. cit..

25 Ibid.. loc. cit..

26 “(...) os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.” BUTLER, Judith (2013). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 38.

27 BUTLER, Judith (2000). **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Org. LOURO, Guacira Lopes. Traduções: SILVA, Tomaz

zona de inabitabilidade em que o sujeito é constituído, através da força da exclusão e abjeção.²⁸

Conforme a professora Maria Rita de Assis César²⁹ narra, a teoria Queer procurou retomar o potencial crítico e criativo presente em segmentos do movimento feminista e dos movimentos gay e lésbicos da década de 70.³⁰ Em “Problemas de Gênero” Butler aponta que o poder possui uma função dual, “jurídica e produtiva”³¹, “O poder jurídico ‘produz’ inevitavelmente o que alega representar”³², argumentando que a identidade da mulher no movimento feminista é reducionista e excludente, uma vez que não há características humanas suficientemente estáveis e abrangentes. Dentro do modelo identitário, afirma César, “indivíduos e experiências inclassificáveis e ininteligíveis, de corpo e gênero, permanecem por definição excluídos do universo escolar ou nele são incluídos sob o preço de sua domesticação normalizada.”³³

A professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, em crítica ao sujeito de direito, aponta a contradição interna existente entre o sistema de produção dos sujeitos e a sua libertação, que, para ela, seria a fonte da insuficiência dos processos de obtenção dos direitos das mulheres. Por consequência, sinaliza que

Tadeu. 2ª Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Publicado originalmente com o título "Introduction", no livro: Judith Butler. Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'. Nova York/Londres: Routledge, 1993: pp.1-16. p. 155.

28 Ibid.. loc. cit..

29 **Maria Rita de Assis César** possui graduação em Ciências Biológicas (1988), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1998), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2004) com estágio de pesquisa (Doutorado Sanduíche) na Universidade de Barcelona/Espanha. Pós-doutorado (Bolsa CAPES - Educação) em Filosofia Contemporânea (Michel Foucault) na Universidade de Paris XII (2011-2012) sob a supervisão do Prof. Dr. Frédéric Gros. Atualmente é Professora Adjunta do Setor de Educação na Universidade Federal do Paraná - UFPR e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) - PPGE/UFPR. Bolsista Produtividade de Pesquisa CNPq/PQ2. Coordenadora do LABIN - Laboratório de Investigação em corpo, gênero e subjetividade na Educação (CNPq/UFPR). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPR(2016 - 2017). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero (CNPq/UFPR). Coordenadora do GT 23 Gênero, sexualidade e educação da ANPED (2015-2017). Foi Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR (2015 - 2016).Vice Coordenadora do GT23 (2011 - 2015). Membro da Comissão Científica da ANPED (2009, 2010, 2011 e 2015). Editora de Educar em Revista (A1 - ISSN 0104-4060) de 2006 a 2009. Membro do Conselho Editorial da Educar em Revista e da Editora da UFPR. Possui experiência na área de Educação (Ensino) com ênfase nos estudos sobre corpo, gênero, sexualidade e subjetividade; atuando principalmente nos seguintes temas: poder, biopolítica, governamentalidade e estética da existência (M. Foucault); pós-estruturalismo; teorias de gênero; feminismo e teoria queer. Retirado de: <http://lattes.cnpq.br/8083956814758899>

30 CÉSAR, M. R. de A. SETTI, Nádía. **Corpos e identidades em jogo. Dois olhares feministas. Des corps et des identités en jeux. Deux regards féministes.** Revista Labrys (web), études féministes/estudos feministas juillet/décembre 2012 - julho /dezembro 2012.

31 BUTLER, Judith (2013). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 19.

32 Ibid.. loc. cit..

33 CÉSAR, M. R. de A. e SETTI, Nádía. op. cit.

o passo seguinte consistiria em estender esta reflexão para o âmbito das discussões dos movimentos LGBT e dos projetos educacionais a eles associados.³⁴

Para a professora brasileira, “a identidade é sempre uma construção objetificadora do sujeito e, deste modo, é sempre potencialmente excludente”.³⁵ Contudo, não crê que o conceito butleriano de performatividade ofereça uma base de experiência concreta para práticas de resistência³⁶ ao dispositivo da heteronormatividade³⁷.

Conforme Annamarie Jagose³⁸ os estudos queer partem de uma perspectiva pós-estruturalista, segundo a qual as identidades são contingentes e provisórias, apresentando uma visão mais crítica das limitações das categorias identitárias como meios de representação política.³⁹ Queer problematiza de modo radical noções consolidadas de sexo, gênero e sexualidade e, assim, instaura uma relação de resistência constante a qualquer conceito de normalidade.⁴⁰

A professora Ana Cecília Acioli Lima⁴¹ expõe que, dentre as objeções que são feitas a esse questionamento da estabilidade das identidades estão alegações de que o pós-estruturalismo quer de modo patriarcal apagar a identidade coletiva das lésbicas

34 CÉSAR, M. R. de A. SETTI, Nádia. **Corpos e identidades em jogo. Dois olhares feministas. Des corps et des identités en jeux. Deux regards féministes.** Revista Labrys (web), études féministes/estudos feministas juillet/décembre 2012 - julho /dezembro 2012.

35 Ibid..

36 Em outro texto, Maria Rita de Assis César e Thayz Conceição Cunha Athayde, refletirão noções de estética da existência e de subjetivação foucaultianas, buscando empregá-las a fim de esclarecer as novas formas de ação política promovidas pelos coletivos autônomos de inspiração queer e anti-identitária, como o coletivo “Marcha das Vadias”. Ver: CÉSAR, M. R. de A. e ATHAYDE, Thayz Conceição Cunha. **Por um feminismo “vadio” e outras considerações contemporâneas.** Labrys (online), études féministes/ estudos feministas juillet / décembre 2013 - julho / dezembro 2013.

37 CÉSAR, M. R. de A. e SETTI, Nádia. op. cit.

38 **Annamarie Jagose** é internacionalmente conhecida como estudiosa em estudos feministas, estudos de lésbicas/gays e teoria queer. Mais recentemente escreveu “Orgasmology”, que toma o orgasmo como seu objeto acadêmico, a fim de pensar de modo queer sobre questões de política e prazer; prática e subjetividade; agência e ética. Ela também é uma romancista premiada e escritora de contos curtos. Jagose ocupou cargos no Departamento de Inglês com Estudos Culturais da Universidade de Melbourne e do Departamento de Cinema, Televisão e Estudos de Mídia da Universidade de Auckland antes de ir para a Universidade de Sydney em 2011 para assumir o cargo de Chefe do Escola de Literatura, Arte e Mídia. [tradução da autora da monografia] Retirado de: <http://sydney.edu.au/arts/staff/profiles/annamarie.jagose.php>

39 JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: an introduction.** New York: NYUP, 1996.

40 Ibid..

41 **Ana Cecília Acioli Lima** possui Doutorado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco (2008), Mestrado em Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e Graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (1988). É professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias/críticas feministas, literatura revisionista feminista, ficções pós-modernas, estudos de gênero e teorias queer. Retirado de: http://www.fale.ufal.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19-ana-cecilia-acioli-lima

e mulheres em geral e, em segundo lugar, leva à ineficácia política e gera acomodação.⁴² Todavia, ela critica tal posicionamento no sentido de que, ao tomar o senso comum como um poço de verdades imutáveis não se vê que tal conhecimento é menos uma posição a partir da qual se pode fazer alegações autônomas e mais o resultado de discursos normalizadores. Em relação à segunda objeção, Lima afirma que uma compreensão diferente de política se faz necessária. Assim, assente com Jagose para explicitar que a política de certas estratégias não pode ser considerada como inquestionável até o momento em que é posta em prática, ressaltando que, ao invés de ser pensada a política como a qualidade essencial de qualquer intervenção, deve-se interpretar a política “como aquilo que passa a existir como consequência [...] dos contextos com os quais essa estratégia se interrelaciona, se não ao acaso, mas de maneiras imprevisíveis.”⁴³

Conforme explica Tania Navarro-Swain, na crítica à naturalização dos corpos e das funções sociais, os feminismos criaram, nos anos 1970, a noção de gênero a fim de categorizar esta construção social. Pode-se aí, no entanto, “detectar uma espécie de domesticação epistemológica”⁴⁴, na medida em que o “gênero” opera dentro da economia de uma incontornável ordem binária do humano.

Tratam-se de questões críticas à categoria “gênero” que apelam a uma ultrapassagem de seus limites. Para Navarro-Swain, “apenas um pressuposto universalizante permite pensar as categorias feminino e masculino e o sexo biológico como naturais e fundadores das relações humanas.”⁴⁵ Para a filosofia queer a desconstrução do sujeito e da identidade não representa a destruição da política; em realidade, revela o caráter político da própria construção do sujeito.

1.2 A heteronormatividade

Durante muito tempo os estudos de gênero viram a heterossexualidade como uma realidade ligada ao sexo biológico, enquanto que o gênero era concebido como

42 LIMA, Ana Cecilia Acioli. **Teorias queer, feminismo/s e Jeanette Winterson**: por uma política possível. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. Ano 4 - Edição 4 – Junho-Agosto de 2011. p. 6-7.

43 JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory**: an introduction. New York: NYUP, 1996. p. 107.

44 NAVARRO-SWAIN, T. [2011?] **A violência política da naturalização dos corpos**: feminismos e poder. Conferência em Fortaleza. Disponível em: http://tanianavarroswain.com.br/brasil/conferencia%20fortaleza.htm#_edn5.

45 Ibid..

construto social e organização primária das relações humanas. Era primordial, no entanto, levar o raciocínio às suas últimas consequências “pensar igualmente o sexo biológico como fazendo arte de uma representação social”.⁴⁶

Desta forma, muitas teóricas críticas feministas apontarão que no esquema sexo/gênero está implícita a premissa que conduz à ordem da reprodução; Tânia Navarro-Swain argumenta que não haveria razão para a procriação ser eleita como “vertente única do relacionamento sexual, senão por uma injunção valorativa que alicerça moral, costume e comportamento aceitável”⁴⁷.

Navarro-Swain se vale da noção proposta por Chrys Ingraham⁴⁸ de “heterogênero”⁴⁹ para sublinhar que a instituição da heterossexualidade (que parte do sexo biológico para instituir a relação heterossexual como natural) é mais central que a de gênero apenas.

Conforme aponta, a sexualidade foi muito trabalhada nos estudos de gênero tendo em vista a divisão binária do humano a partir das construções baseadas sobre o sexo; salienta, contudo, que nesse caso a prática heterossexual fica subentendida em torno dos “grandes esquemas de poder social: casamento, família, maternidade, contracepção, violência, abuso, prostituição, etc..”. Portanto, se a categoria gênero elide da heterossexualidade imposta/como instituição, em nada desestabiliza a ordem que critica, pelo contrário, a sustenta.⁵⁰

46 NAVARRO-SWAIN, T (2001). **Para além do binário**: os queers e o heterogênero. Gênero, Niterói, v. 2, n.1, p. 87-99, 2001. p. 9.

47 NAVARRO-SWAIN, T. (2004). **O normal e o “abjeto”**: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys. Estudos Feministas (Online), web, v. 6, n.agosto/dez, p. 1-11, 2004. p. 2.

48 **Chrys Ingraham** é professora e coordenadora do Departamento de Sociologia da State University of New York em Purchase. Autora de diversos livros e artigos de jornais publicados, Dr. Ingraham é autora da obra *“White Weddings: Romancing Heterosexuality in Popular Culture”* (Routledge, 1999, 2008), editora do livro *“Thinking Straight: The Power, the Promise, and the Paradox of Heterosexuality”* (Routledge, 2005), and co-editor de *“Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference, and Women’s Lives”* (Routledge, 1997). [tradução da autora da monografia]. Retirado de: http://openscholar.purchase.edu/chrys_ingraham/.

49 Ver: INGRAHAM, Chrys (1996). The heterosexual imaginary: feminist sociology and theories of gender dans Steven Seidman (dir), *Queer Theory / Sociology*, Cambridge, Mass. , Blackwell Publishers, p. 168-192

50 NAVARRO-SWAIN, T. (2004). op. cit. p. 11.

“A heterossexualidade é uma relação de penetração?”⁵¹, é a pergunta que Elisabeth Daumer⁵² faz para aprofundar a questão da heterossexualidade “natural” em um dos trechos da sua obra “Queer Ethics, or, the Challenge of Bisexuality to Lesbian Ethics”. Navarro-Swain, por sua vez, acrescenta: “Se não há penetração vaginal, entre homem e mulher sua relação é ainda uma relação heterossexual? A heterossexualidade tem por fim a procriação [...]? Se não, porque o heterossexual seria “normal”? [...] um casal que não pode ter filhos seria heterossexual?”⁵³ Para a historiadora, por certo, é na possibilidade de procriação que localiza-se o “natural” do sexo biológico; tal perspectiva é apontada pela brasileira como localizada na ordem de valores e da moral. Sob essa perspectiva, dentre outras implicações, a mulher que não é mãe e nem quer sê-lo não é uma “verdadeira” mulher.⁵⁴

Tânia Navarro-Swain vê o “natural” da relação heterossexual como arbitrariedade e persuasão constante, para ela, a operacionalização da coerção se dá pela proibição da sexualidade e comportamentos fora das sendas da normatividade, pelos prostíbulos que impõe a sexualidade masculina, a mutilação genital feminina, os casamentos arranjados, forçados, o tráfico sexual de mulheres, e ainda, o “estupro, incesto, violência física e mental, [...] apropriação das crianças, a reclusão, a limitação do movimento e do espaço, a exclusão dos domínios da criatividade e do conhecimento.”⁵⁵ A historiadora destaca os estudos lesbianos⁵⁶, que há quase quarenta anos ressaltavam a coerção ao contrato da heterossexualidade reprodutora uma das esferas “mais poderosas de apropriação dos corpos, do imaginário e do

51 “Is it heterosexual just because it implies certain sexual practices – namely, penetration – that can or cannot be performed? Is it heterosexual because clearly she is a woman, at least anatomically, and he a man? Is it heterosexual because it conforms to the dominant idea of a “normal” relationship – and thus also reaps the benefits of heterosexual privilege – despite the fact that the individual members in this relationship might view themselves as “queer”? DAUMER, Elisabeth (1992). **Queer ethics; or the challenge of bisexuality to lesbian ethics**, *Hypatia*, vol.7, nº7, p.91-105. p.96.

52 **Elisabeth Daumer** é Phd em Educação pela Indiana University. Completou seu doutorado em 1989 e logo passou a trabalhar na Eastern Michigan University - EMU. É professora no Departamento de Língua Inglesa e Literatura da EMU. Seus interesses acadêmicos recentes incluem poesia moderna e poética; Teorias de gesto e *embodiment*; ecoteoria e crítica. Desde o outono de 2015, é editora do JNT: Journal of Narrative Theory, produzido pelo Departamento de Inglês da EMU. Escreve sobre a poesia de T. S. Eliot e Muriel Rukeyser e desenvolveu, com a ajuda dos alunos, o Muriel Rukeyser: A Living Archive Website. [tradução da autora da monografia] Disponível em: <https://www.emich.edu/english/faculty/facultypages/edaumer.php>

53 NAVARRO-SWAIN, T. (2001). **Para além do binário: os queers e a dissolução dos gêneros**. Gênero, Niterói, v. 2, n.1, p. 87-99, 2001. p.10

54 Ibid.. loc. cit..

55 Ibid.. p. 5.

56 Ver: RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and lesbian existence**. From A. Rich, Blood, Bread and Poetry, London: Virago, 1978.

trabalho das mulheres”.⁵⁷ A partir da heterossexualidade compulsória é traçado o destino sócio-biológico que assujeita mulheres, condiciona sua identidade e seu lugar na procriação, “de mão de obra, de outras mulheres a serem apropriadas em sua sexualidade, no trabalho doméstico não remunerado⁵⁸, no trabalho formal subvalorizado[...]O feminino é diferente, logo desigual.”⁵⁹

Guacira Lopes Louro em artigo produzido para a Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2004, explica que o processo de heteronormatividade admite que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais⁶⁰. Do empreendimento que é realizado continuamente pelas diversas instâncias sociais advém a consistência da heteronormatividade, ela acentua dois pontos: não há garantia que a heterossexualidade aconteça naturalmente, aí sua necessidade de ser constantemente reiterada; e, “a norma pode e é subvertida. Todos os dias, em todos os espaços, [...] implica em disputa política”.⁶¹

Para a educadora, a heteronormatividade atua visivelmente no processo de masculinização dos garotos e homens sob a abordagem de negar toda a prática ou características referidas ao gênero feminino, o que se expressa, frequentemente, por uma intensa rejeição ou repulsa às marcas femininas. Segundo a lógica que opõe homossexualidade/heterossexualidade (e cultiva a aversão da homossexualidade em relação a heterossexualidade), os indivíduos que, por quaisquer motivos, escampam-se da norma hegemônica e desestabilizam a seqüência serão relegados à abjeção. A normatização da escola, da justiça ou da sociedade em geral os exclui de suas preocupações, “paradoxalmente, esses sujeitos 'marginalizados' continuam

57 NAVARRO-SWAIN, T. (2004)., **O normal e o “abjeto”**: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys. Estudos Feministas (Online), web, v. 6, n.agosto/dez, p. 1-11, 2004, p. 4.

58 Levantamento feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, relatório **“Harnessing the Power of Data for Girls: Taking stock and looking ahead to 2030”**, apontou a discrepância existente desde a infância. Meninas de todo o mundo que têm entre cinco e 14 anos de idade, passam em média 160 milhões de horas a mais por dia fazendo tarefas domésticas na comparação com os meninos. O balanço de horas representa 40% a mais do tempo ocupado pelos garotos da mesma faixa etária nos afazeres domésticos. Ver: http://www.unicef.pt/Harnessing_the_Power_of_Data_for_Girls.pdf.

59 NAVARRO-SWAIN, T. (2004). op. cit., loc. cit..

60 LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e Homofobia**. In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. pp. 458. p.90.

61 Ibid., p.91.

necessários, pois são precisamente eles que servem para circunscrever os contornos daqueles tidos como 'normais'".⁶²

O manifesto contrassexual de Beatriz Preciado⁶³ é a sua proposta de subversão dos mecanismos de poder cultural, social e político que construíram o que hoje se compreende como sexo e gênero. A pesquisa em forma de manifesto perpassa a genealogia das análises da heterossexualidade como regime político de Monique Wittig, o estudo dos dispositivos sexuais modernos de Foucault, as análises da identidade performática de Judith Butler e a política do ciborgue de Donna Haraway.

A contrassexualidade para Preciado parte da análise crítica da diferença de gênero e de sexo, pois produtos do contrato social heterocentrado, tendo em vista as performatividades normativas que foram inscritas nos corpos como verdades biológicas⁶⁴ e propõe a substituição do contrato social denominado Natureza, por um contrato contrassexual. No âmbito do contrato proposto pela filósofa, os corpos falantes reconhecem outros corpos como falantes, reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação enquanto sujeitos históricos.⁶⁵

A escolha de Preciado pelo termo contrassexualidade advém indiretamente de Michel Foucault. Para o francês “a forma mais eficaz de resistência contra a produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades liberais não é a luta contra a

62 LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e Homofobia**. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. pp. 458. p.92.

63 **Beatriz Preciado** é atualmente Professora de História e Teoria do corpo e de Teorias contemporâneas de Gênero na Universidade de St. Denis, Paris. Antes de se estabelecer em Paris, obteve mestrado em Filosofia Contemporânea e Teoria do gênero na New School for Social Research, em Nova York, onde estudou com Agnes Heller e Jacques Derrida e completou seus estudos do doutorado em Filosofia e Teoria da Arquitetura na Universidade de Princeton. É participante ativa no atual debate sobre as formas de subjetivação e identidade, não só na Espanha, mas também em vários fóruns internacionais. Seu livro *Manifesto Contrassexual* tornou-se uma referência indispensável na teorização queer contemporânea. Recentemente colaborou com o MACBA na organização dos seminários “Pornografia, pospornografia: estética e política da representação sexual” (junho de 2003) e “Identidades minoritárias e suas representações críticas” (fevereiro - novembro, 2004). [tradução da autora da monografia]. Retirado de: CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007:375-405. p.375.

64 BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

65 PRECIADO, Beatriz (2014). **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 21.

proibição (...), e sim a contraproductividade, isto é, a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna.”⁶⁶

O trabalho de Preciado converge em vários pontos com o pensamento butleriano; para interpretar o gênero assemelha-se com a ideia de performatividade, isto é, efeito das práticas culturais linguístico-discursivas carregadas com o poder de investir um corpo como masculino ou feminino; contudo, introduz termo novo, quer ir além do entendimento que toma o gênero apenas como atos da performatividade, pois, para a filósofa, Judith Butler subestimou os processos corporais e especialmente as transformações sexuais presentes nos corpos transexuais e transgêneros. Em Preciado o gênero seria antes de tudo, prostético, ou seja, que não se dá senão na materialidade dos corpos: “puramente construído, e ao mesmo tempo, inteiramente orgânico.”⁶⁷

Beatriz Preciado compreende sexo e gênero como tecnologias, portanto, é crítica do reducionismo das tecnologias de gênero a certo número de tecnologias reprodutivas, como fizeram feministas críticas nos anos 70 e 80. Assim, para ela, a tecnologia não deve ser essencializada como simples efeito da dominação masculina (“tecnocracia masculina”) o que dissiparia as dimensões e as possibilidades contrassexuais dessas mesmas tecnologias, o deslocamento deve ser o oposto, a fim de que não se incorra em uma dupla naturalização (se liberando das tecnologia do patriarcado os corpos das mulheres se fundiriam com a natureza).⁶⁸ Para Preciado, a tecnologia não é aquilo que modifica uma natureza dada, é antes pensada como produção mesma dessa natureza – responsável por ter fixado diferenças orgânicas, o que Preciado denominará “produção prostética do gênero”.⁶⁹

O manifesto contrassexual de Beatriz Preciado reformula radicalmente o dildo (pênis de plástico) como suplemento, no sentido derridiano, propondo que este pode ser usado para desestabilizar as lógicas instituídas pelo pênis e pelo falo. As palavras são da própria autora, que constata na invenção do dildo “um ato reflexivo fundamental na história da tecnologia contrassexual”.

66 PRECIADO, Beatriz (2014). **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 22.

67 Ibid., p. 29.

68 Ibid., p. 150.

69 Ibid., p. 154.

Afirmando que o dildo antecede o pênis, no princípio era o dildo, coloca “em marcha um processo de desconstrução do órgão-origem”.⁷⁰ O dildo que aparentemente é uma representação de plástico de um órgão natural, em verdade, produz retroativamente o pênis original, afinal, o suplemento só pode suprir a medida que é mais real e efetivo do que aquilo que pretende suplementar.

Para Preciado o dildo desvia o sexo de sua origem autêntica pois é alheio ao órgão que supostamente imita; produto da tecnologia, “o dildo mostra que o significativo que gera a diferença sexual está capturado em seu próprio jogo”.⁷¹ Com relação ao pênis, inverte posições, fazendo com que o pênis pareça ser quem de fato imita o dildo e não ao contrário. Nessa seara, proporá a desterritorialização do sexo, objetivando a reconfiguração dos limites erógenos do corpo.⁷²

A dildotectônica, segundo a autora, é uma contra-ciência que tem nos seus estudos o surgimento, formulação e uso do dildo, localizando as deformações que o dildo inflige no sistema sexo/gênero. O corpo é pressuposto nessa contra-ciência como terreno de deslocamento e localização do dildo.⁷³ Assim, surgirá a proposta de Preciado, numa espécie de “transcrição” ou deslocamento do dildo para as demais partes do corpo, como braço, peito, perna; como prática contra-sexual, por exemplo, mencionará a masturbação do braço (prática II⁷⁴).

A “arquitetura do corpo é política”⁷⁵, os órgãos sexuais (que reconhecemos como naturalmente sexuais) já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua “natureza” (relações heterossexuais).⁷⁶ A filósofa cita Deleuze e Guattari, a respeito da exclusão do ânus, “o primeiro de todos os órgãos a ser privatizado, colocado fora do campo social”.⁷⁷

70 PRECIADO, Beatriz (2014). **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. p.82.

71 Ibid.. p. 85.

72 A contrassexualidade de Beatriz Preciado afirma que desejo, a excitação sexual são produtos ligados a uma tecnologia sexual que identifica órgãos reprodutivos como órgãos sexuais, em detrimento de uma sexualização do corpo em sua totalidade. PRECIADO, Beatriz (2014). op.cit., p.23.

73 Ibid., p.49.

74 Segundo Preciado: “No âmbito do sistema capitalista heterocentrado, o corpo funciona como uma prótese-total a serviço da reprodução sexual e da produção de prazer genital. O corpo está organizado em torno de um único eixo semântico-sexual que deve ser executado mecanicamente seguidas vezes. A atividade sexual assim entendida, seja heterossexual ou homossexual, é chata e mortífera. A meta dessa prática contrassexual consiste em aprender a subverter os órgãos sexuais e suas reações biopolíticas. [...]”. Ibid. p. 59-62.

75 Ibid. p.31.

76 Ibid. loc. cit..

77 Ibid. loc. cit..

Pode-se dizer que, frente aos órgãos sexuais e a arquitetura política do corpo, o centro deverá ser multiplicado, até que a noção de centro não faça mais sentido algum.

Para Preciado⁷⁸, os papéis e as práticas sexuais atribuídas ao masculino e ao feminino são regulações arbitrárias inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. Para a professora espanhola, a identidade sexual não é a expressão instintiva da verdade pré-discursiva da carne, e sim um efeito de reinscrição das práticas de gênero no corpo.⁷⁹ Nesse diapasão, como já foi dito, teóricas que criticam o feminismo construtivista o fazem por não concebem o corpo-sexo como uma matéria disforme a qual o gênero vem dar forma e significado num dado momento histórico.

As quatro grandes tecnologias da sexualidade apontadas por Michel Foucault foram: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras e a psiquiatrização do prazer perverso.⁸⁰ Foucault ao substituir a ideia de sujeito autônomo/soberano que possui/cede o poder pela ideia de sujeito local, situado, produto de uma relação de poder específica; ao adotar uma perspectiva de poder dialético entre os grupos antagônicos a despeito do poder que emana das estruturas econômicas; realizou a definição de técnica como poder produtivo, rejeitando os modelos de poder coercitivos e repressivos.⁸¹

Para o filósofo francês, é a técnica – micropoder artificial e produtivo – que circula na sociedade do nível abstrato do Estado ao da corporalidade. As técnicas disciplinadoras, para Foucault, explicam a produção de diferentes desejos e prazeres que parecem derivar de predisposições naturais (heterossexualidade) que ao fim, são reificadas e objetivadas como “identidades sexuais”.

Expõe Preciado, bastante influenciada por Butler, que as técnicas disciplinadoras (prática reguladora em Foucault) são estruturas reprodutoras alinhadas com técnicas de desejo e saber que geram as diferentes posições de direito

78 Para a teórica queer Beatriz Preciado, muito inspirada por Judith Butler, o gênero não é produto de um sistema fechado de poder, nem concepção que se aplica sobre a matéria passiva, “mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (desde a medicina até a representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de reapropriação pelas minorias sexuais.” PRECIADO, Beatriz. **MULTIDÕES QUEER** – Notas para uma política dos “anormais”. Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2011. Traduzido por Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveiras a partir do texto original em francês, publicado em 2003 na revista Multitudes.

79 PRECIADO, Beatriz (2014) **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 29.

80 FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 14ª ed., 2001. p. 99.

81 Ibid., p. 87.

e saber⁸². Bem por isso, a lógica binária reforça a estigmatização política de determinados grupos (mulheres, queers, negros, incapacitados, etc.) e “permitem que eles sejam impedidos de acessar as tecnologias, textuais, discursivas, corporais, etc. que os produzem e os objetivam.”⁸³ De acordo com Preciado, é preciso pensar o sexo, como uma tecnologia biopolítica, um sistema complexo de “estrutura reguladoras que controlam a relação entre os corpos, os instrumentos, as máquinas, os usos e os usuários.”⁸⁴

Visto que os corpos não tem nenhum sentido intrínseco⁸⁵, conforme Foucault, o corpo passa a ser a marca do indivíduo moderno no interior dos processos de disciplina, subjetivação e identificação — questão claramente crítica e política —, sob a ótica dos embates travados na arena política estadual brasileira, que serão discutidos no capítulo seguinte, pode-se dizer que a teoria queer questiona as condições de possibilidade do conhecimento que produz a norma sexual e social, e consequentemente apresenta um horizonte possível para a formulação de novas epistemologias da sexualidade.

Conforme Guacira Lopes Louro, “a episteme dominante não dá conta da ambiguidade e do atravessamento das fronteiras de gênero e de sexualidade. A lógica binária não permite pensar o que escapa do dualismo”⁸⁶, bem por isso é imperativo problematizar o selo de “verdade” da díade heterossexual/homossexual como a categoria explicativa da sociedade contemporânea, e questionar sua intrincada presença no íntimo das instituições sociais, nos processos de produção do conhecimento e das relações entre os indivíduos.

82 PRECIADO, Beatriz (2014). **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 156.

83 Ibid.. p.168.

84 Ibid.. p. 79.

85 LOURO, Guacira Lopes (2007). **Pedagogias da sexualidade** em O corpo Educado, pedagogias da sexualidade. Org. LOURO, Guacira Lopes. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2007. p.38.

86 Ibid.. p. 93.

CAPÍTULO II - Deliberação do Plano Estadual de Educação 2015-2025 na Assembleia Legislativa do Paraná

2.1 As emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 277/2015

O campo de análise desse capítulo é o Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná relativo ao decênio 2015-2025. Acredita-se que as previsões contidas na redação do Plano enquanto Projeto de Lei estruturavam uma abordagem escolar da diferença, surgida do reconhecimento dos mecanismos de exclusão da escola, que reforçam as divisões existentes e criam novas desigualdades.

Uma possível proposta de questionamento do sistema heteronormativo na escola poderia ser desenhada a partir de estratégias como a 15.11, contida no Anexo único da proposta original do PEE-PR, que previa o fortalecimento da formação inicial dos profissionais da educação voltada à promoção da educação das relações de gênero e diversidade sexual. No entanto, as emendas apresentadas pelas comissões da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP foram pautadas pelo binarismo da complementaridade categórica estável entre homem e mulher o qual reproduz a lógica da normatividade heterossexual, justificadas pela afirmação do compromisso em retirar a “ideologia de gênero” do documento.

O Poder Legislativo paranaense conta com cinquenta deputados e quatro deputadas, são elas Cantora Mara Lima (PSDB), Claudia Pereira (PSC), Cristina Silvestri (PPS) e Maria Victoria (PP). A Assembleia paranaense nunca teve uma presidente mulher. Na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Deputada Cláudia Pereira foi escolhida pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ para ser relatora do Projeto que criaria o PEE-PR. Em 2 de junho de 2015 a deputada relatora do PEE proferiu parecer ao Projeto de Lei, apresentando emendas a diversos itens contidos no Anexo Único do PL.

Em razão das emendas propostas pela relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Estudos Sobre Violência de Gênero (CEVIGE), a Comissão de Diversidade Sexual (CDS) e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Ordem dos Advogados do

Brasil – Seccional Paraná (OAB/PR) em manifestação ⁸⁷ endereçada aos parlamentares estaduais paranaenses, explicitaram a sua discordância com as emendas da relatora solicitando que aquelas fossem rejeitadas para que fosse mantido o texto original do Projeto de Lei 377/2015.

A parlamentar propôs retirar qualquer menção aos termos “igualdade de gênero”, “gênero”, “orientação sexual” e “diversidade”, visando excluir as expressões que identificavam especificamente mulheres, LGBT, indígenas, ciganos, camponeses e afro-descendentes, grupos populacionais que demandam proteção tendo em vista o histórico de vulnerabilidade e estigmatização a que estão submetidos cotidianamente.

No item 1.3, o trecho do texto que previa “o aprimoramento da formação para a diversidade étnica, questões de gênero e socioculturais, dentre outras expressas em legislações vigentes” foi substituído por “o aprimoramento da formação para as situações de discriminação, preconceito e violência”. A proposta de modificação no item 2.21 excluiu toda a previsão de que fossem contemplados nos currículos, projetos político-pedagógicos e planos de ações da educação básica a Educação das Relações Étnico-raciais, a Educação das Relações de Gênero e Sexualidade, o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, os Planos Nacional e Estadual de Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Até quando o Projeto de Lei estabeleceu como estratégia 3.21 da meta para elevar a taxa de matrículas do Ensino Médio, a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por quaisquer formas de discriminação e, em destaque, o preconceito de gênero, orientação sexual, étnico-racial e religião, houve substituição de todo o trecho para constar uma previsão geral: “situações de discriminação, preconceito ou violência”.

O item 6.6, cujo objetivo focalizava política pública para camponeses, ciganos e população em situação de itinerância, foi suprimido integralmente na proposta da relatora, assim como os itens 7.31, 7.32 e 7.35 que previam, respectivamente, “7.31 Promover o acesso, a permanência e as condições igualitárias de aprendizagem aos sujeitos, respeitando a orientação sexual e a identidade de gênero, bem como a articulação entre as temáticas e conteúdos no currículo da Educação Básica.”; “7.32

⁸⁷ OAB DEFENDE texto original do Plano de Educação por respeitar a diversidade e as minorias. 15 de junho de 2015. Notícia disponível em <http://admin.oabpr.org.br/imagens/downloads/538.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2017.

Fortalecer parcerias entre a Seed, Secretaria da Saúde (Sesa) e Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Seds) para a promoção de ações permanentes e articuladas nas escolas, visando o respeito, o reconhecimento e a afirmação dos direitos dos sujeitos e suas diversidades.”; e, 7.35 que previa a produção e distribuição de materiais pedagógicos com a finalidade de promover igualdade de direitos e afirmação da diversidade, abrangendo a realidade da população negra, LGBT, do campo, cigana e em situação de itinerância, dentre outros segmentos, conforme suas especificidades.

A parlamentar relatora propôs, ainda, alterar os destinatários da política pública prevista nos itens 9.1 e 12.6. Dessas estratégias excluiu a menção a indígenas, população negra, LGBT, quilombola, cigana, do campo, em situação de itinerância e privadas de liberdade; na estratégia 11.12 foi suprimido o termo gênero do trecho que previa a redução das “desigualdades de gênero”. Em sua proposta previu a supressão integral do item 15.11 a fim de retirar a previsão do fortalecimento da formação dos professores para promover o ensino sobre as relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e cigana, sobre a educação das relações de gênero e diversidade sexual, sobre os direitos humanos e a educação do campo. A última mudança proposta dizia respeito a alterar totalmente a previsão de promoção da participação e consulta de profissionais da educação, estudantes, familiares e comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico, currículo, plano de gestão e regimento escolar.

Tião Medeiros (PTB) foi o deputado designado para ser o relator do Plano Estadual da Educação na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná. O relator também apresentou emendas ao PL, a emenda geral supressiva/substitutiva/aditiva/modificativa visou alterar as estratégias 1.3, 2.21, 11.12 e 15.11 para suprimir o aprimoramento da formação para as questões de gênero e sexualidade. No lugar das previsões originais, a alteração do deputado fez constar no texto “educação que efetive o respeito entre homens e mulheres”. Na redação original existia ainda a previsão para que o ensino sobre os Planos Estadual e Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBT fossem contemplados na educação básica, pela emenda ficava suprimido o termo “LGBT”, em específico.

A estratégia 7.35 que havia sido suprimida integralmente nas propostas da deputada relatora na Comissão de Justiça e Constitucionalidade constou nas emendas do deputado Tião Medeiros com a previsão de excluir a produção de material

pedagógico para promover a igualdade de direitos com relação à população LGBT, no entanto, manteve com relação a outras minorias (populações negras, indígenas, camponeses, ciganos e em situação de itinerância).

O relator propôs a inserção de novas estratégias, 9.16 (redução do analfabetismo entre mulheres até o final da vigência do Plano) e 14.12 (estímulo à participação de mulheres nos cursos de pós-graduação nas áreas de exatas).⁸⁸ Segundo emenda proposta pela Comissão de Educação da ALEP-PR para alterar a estratégia 12.6 (ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil) ficava excluída a população LGBT, ao passo que agregava-se a população “mulheres”. Sua versão original e sua versão modificada pela Comissão:

Redação original	Redação dada pela Comissão de Educação
12.6 Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil, de modo a reduzir as desigualdades, oportunizando o acesso e permanência, no Ensino Superior, de estudantes egressos da escola pública, da população negra, LGBT , quilombola, cigana, do campo, indígena e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, dentre outros segmentos, conforme suas especificidades, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.	12.6 Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil, de modo a reduzir as desigualdades, oportunizando o acesso e permanência, no Ensino Superior, de estudantes egressos da escola pública, mulheres , da população negra, quilombola, cigana, do campo, indígena e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, dentre outros segmentos, conforme suas especificidades, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Consoante o registro em ata do dia da votação do PEE-PR na Assembleia e das emendas propostas publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, edição n.º 891 de 25 de junho de 2015, as votações das emendas ao PL 377/15 foram feitas em blocos, mesmo sem previsão no Regimento Interno. Primeiramente votou-se o Projeto original, ressalvadas as emendas. Aprovado, foi

88 Autos do Protocolado n.º: 2481/2015 PODER LEGISLATIVO/PR. Ementa: Mensagem nº 23/2015. Aprovação do Plano Estadual de Educação e Adoção de Outras Providências. p. 161.

dada a preferência à votação da emenda aprovada na Comissão de Educação, de relatoria do deputado Tião Medeiros.

Com relação ao posicionamento das deputadas na votação das emendas propostas pela Comissão de Educação, deputada Cantora Mara Lima, deputada Cláudia Pereira e deputada Cristina Silvestri votaram “sim” às emendas. A deputada Maria Victória não votou, contudo, o Deputado Felipe Francischini (SD) anunciou⁸⁹ como líder de bancada parlamentar, na Sessão Ordinária que antecedeu a deliberação, que a sua Bancada, composta pela parlamentar do PP, havia acertado o voto “sim” contra a “ideologia de gênero”.

Ademais, apesar da deputada Maria Victória não ter votado em nenhum dos blocos de votação de emendas ao Plano de Educação, e também não ter discursado em nenhuma ocasião acerca da pertinência (ou não) das proposições feitas pelas Comissões, insta ressaltar que a parlamentar compõe a Comissão de Educação da Assembleia e assinou o parecer desta que propôs as modificações aprovadas. A deputada Cristina Silvestri não discursou.

As emendas da Comissão de Educação, votadas em bloco, tiveram quarenta e sete votos favoráveis e nenhum voto contrário. Aprovado o “blocão”, ficaram prejudicadas as emendas da CCJ referente às estratégias 1.3, 2.21, 7.35, 9.1, 11.12, 12.6 e 15.11.

Em seguida realizou-se a votação das emendas da CCJ, ressalvada a parte prejudicada. As deputadas Cantora Mara Lima (PSDB), deputada Cláudia Pereira (PSC) e deputada Cristina Silvestri (PPS) votaram “sim” às emendas. A deputada Maria Victória (PP) não votou. Por fim, com quarenta e três votos favoráveis e três contrários (Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri, todos do PT) restaram aprovadas as emendas supressivas da CCJ que excluíram integralmente as

89 Diário Oficial da Assembleia. 3ª feira. 23/jun/2015. Edição nº 889. 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa. Publicação n.º 90. Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2015 – Ata n.º 57. p. 6.

estratégias 6.6⁹⁰, 7.31⁹¹ e 7.32⁹², e a emenda modificativa que alterou a estratégia 3.21⁹³, sob os aplausos das pessoas que se reuniam nas galerias do plenário.

As modificações apontam para a importância vislumbrada pelos parlamentares em se preservar os únicos “gêneros inteligíveis”⁹⁴, homem e mulher engendrados pela adequação do corpo-sexo-desejo. Acredita-se que o questionamento da suposta natureza do corpo e da sexualidade é fundamental em termos de uma agenda política educacional da “superação das desigualdades historicamente construídas”. Todavia, na votação do documento que estabelecia os compromissos que seriam assumidos durante dez anos para alavancar avanços na educação do estado, uma ofensa conservadora esteve empenhada em manter invisíveis os sujeitos que subvertem a ordem binária do gênero. O esforço para minimamente contemplar minorias LGBT na construção de projetos políticos-pedagógicos permanece um grande desafio ainda não acatado.

A Lei decorrente do PL 377/2015 foi sancionada sob o n.º 18.492, de 24 de junho de 2015 cuja redação final restou conforme as emendas propostas pelo Deputado Tião Medeiros, que, em suma, excluiu todas as menções a população LGBT do Plano e fez constar “educação que efetive o respeito entre homens e mulheres” em substituição aos termos “gênero” e “diversidade sexual”. Como explica Maria Rita de Assis César, a incorporação da alteridade no molde hegemônico da norma sexual e social é recusada pela teoria queer, “argumentando que esta seria uma ação originária

90 “6.6 Elaborar, organizar e disponibilizar materiais teórico-metodológicos específicos para a organização do trabalho pedagógico na Educação Integral em tempo integral, inclusive para as populações do campo, cigana e em situação de itinerância, dentre outros segmentos, conforme suas especificidades.”

91 “7.31 Promover o acesso, a permanência e as condições igualitárias de aprendizagem aos sujeitos, respeitando a orientação sexual e a identidade de gênero, bem como a articulação entre as temáticas e conteúdos no currículo da Educação Básica.”

92 “7.32 Fortalecer parcerias entre Seed, Secretaria da Saúde (Sesa) e Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Seds) para a promoção de ações permanentes e articuladas nas escolas, visando o respeito, o reconhecimento e afirmação de direitos dos sujeitos e suas diversidades.”

93 Redação original: “3.21 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religião ou quaisquer formas de discriminação, criando e fortalecendo a rede de proteção contra formas de discriminação, criando e fortalecendo a rede de proteção contra formas associadas de exclusão”; Redação aprovada: “3.21 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por situações de discriminação, preconceito e violência, criando e fortalecendo a rede de proteção contra formas associadas de exclusão”.

94 BUTLER, Judith (2013). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 38. (Original publicado em 1990)

das 'políticas de tolerância' que assumem a existência do binômio normal/anormal e, portanto, tendem a pacificar e normatizar, na medida do possível, a alteridade.”⁹⁵

2.2 A desconstrução dos discursos das deputadas paranaenses

Em primeira análise, apesar de representarem cerca de 7% apenas do parlamento, as deputadas paranaenses na legislatura atual demonstram possuir grande capital político no sentido de prestígio e influência sobre os pares, além de uma atuação aparentemente preocupada com a temática das mulheres. A deputada Cristina Silvestri (PPS) teve aprovado Projeto de Lei, sancionado em 2016 sob o número 18.868⁹⁶ que visa à implementação de um dispositivo de segurança para socorro de mulheres em situação de violência doméstica (botão do pânico). A deputada Maria Victória (PP), atual presidente da Comissão de Educação, teve sancionada a Lei nº 18.447/2015⁹⁷ que institui a Semana Maria da Penha nas escolas estaduais instituindo nestas semana dedicada ao debate sobre a Lei Maria da Penha. A deputada Cantora Mara Lima (PSDB) teve aprovada a Lei estadual que instituiu o mês “outubro rosa”, dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher”, sob o nº 16.935⁹⁸ de 2011 e preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Assembleia, enquanto a Deputada Claudia Pereira (PSC) é a vice-presidente. A Lei n.º 18.595⁹⁹, de autoria da deputada do PSC foi sancionada em 20 de outubro de 2015 com o objetivo de oferecer exame de mamografia a partir de unidades de saúde móveis (mamóvel).

As mulheres têm travado embates desde a conquista do voto feminino e, atualmente, lutam para obter paridade nos parlamentos, isso se dá posto que a participação democrática é o principal meio para que os interesses sejam

95 CÉSAR, M. R. de A (2009). **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma “Epistemologia”. Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR. p. 49.

96 Lei publicada no Diário Oficial n.º 9780 de 13/9/2016. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=50699&tipo=L&tplei=0 Acesso em: 2 de abril de 2017.

97 Lei publicada no Diário Oficial n.º 9414 de 19/3/2015. Disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/legislacao-estadual?idLegislacao=48371&tpLei=0&idProposicao=52730> Acesso em: 13 de setembro de 2017.

98 Lei publicada no Diário Oficial n.º 8577 de 26/10/2011. Disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/legislacao-estadual?idLegislacao=3676&tpLei=0&idProposicao=4135> Acesso em: 13 de setembro de 2017.

99 Lei publicada no Diário Oficial n.º 9561 de 22/10/2015. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=50393&tipo=L&tplei=0 Acesso em: 13 de setembro de 2017.

representados, tenham uma legitimidade social e recebam uma resposta política. Nesse sentido, foi dada maior atenção no tópico anterior para a forma como votaram as deputadas da Casa; neste tópico, será contemplado o discurso da deputada relatora do PEE-PR 2015-2025 na CCJ.

Por considerar que as propostas do texto original do Plano veiculavam estratégias para aliar práticas pedagógicas com a proteção às minorias sexuais, bem como, criar um espaço de fala acerca da hierarquia entre os sexos, se quer examinar com base na fórmula “add woman and stir” de inclusão feminina na representação político-partidária a hipótese da atuação dessas parlamentares desafiar a dominação exercida pelo patriarcado e pela heteronormatividade profundamente arraigada.

Segundo a biografia constante do site da Assembleia Legislativa do Paraná, a deputada Cláudia Pereira é casada com o ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Foz do Iguaçu Reni Pereira e “a primeira mulher eleita deputada estadual de Foz do Iguaçu e também da região oeste do Paraná”.¹⁰⁰ Por ocasião do convite para falar no programa Fala Deputado da Rádio Assembleia, a Assessoria de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a apresentou como “mulher de nome e cabelos longos” em notícia cujo título exaltava a “tradição religiosa” da parlamentar eleita pelo Partido Social Cristão. Dentre as falas da deputada reproduzidas na matéria veiculada no site da ALEP, “Os cabelos compridos são uma glória para a mulher”. Simbolizam, segundo a Bíblia, a submissão da mulher cristã.” A matéria segue descrevendo a convidada do programa de rádio da ALEP a partir de trechos do programa que já foi gravado. Ouvida no programa, Claudia Pereira citou um trecho bíblico segundo o qual “A mulher não usará roupa de homem, nem o homem veste peculiar à mulher”, agregando que “não usa calça comprida. Apenas saias. 'Mas não dispenso um salto'.”. A assessoria, na pessoa da jornalista Cláudia Ribeiro, completa: “Por isso, a deputada já é considerada uma das mais elegantes do Plenário.”¹⁰¹

100 CLAUDIA PEREIRA Biografia (Conheça os deputados ALEP-PR). Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/1031-claudia-pereira>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

101 TODA A TRADIÇÃO religiosa de Claudia Pereira está no “Fala Deputado” desta semana, na Rádio Assembleia. 02/12/2015, atualizado em 07/12/2015. Entrevista dada à Claudia Ribeiro, jornalista da Assessoria de Imprensa da ALEP-PR. Disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/toda-a-tradicao-religiosa-de-claudia-pereira-esta-no-fala-deputado-desta-semana-na-radio-assembleia. Acesso em: 02 de abril de 2017.

Conforme consulta ao Diário Oficial da Assembleia, o discurso de encaminhamento da votação das emendas da CCJ foi proferido pela relatora do PEE naquela Comissão, Deputada Cláudia Pereira (PSC), nos seguintes termos:

“DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA (PSC): Então, como eu falei... O Deputado teria que fazer o encaminhamento, que acho que seria muito importante. Então, gostaria só de reforçar aqui que não é só uma questão de discriminação; muito pelo contrário, acredito que se começarmos a segmentar, aí sim estamos discriminando. Acredito também, não sou só eu, a maioria acredita, dos Deputados, as famílias, as pessoas, que não queremos a discriminação de ninguém, vivemos num país democrático, e quando as minorias começarem a ditar as regras às majorias, daí não estamos mais falando de democracia. (Manifestações nas galerias.) Gostaria também de reforçar que o Estado, o Governo, tem que servir para se governar também, e temos que por limites; a família é protegida constitucionalmente. Entendemos que a família é mãe, pai e filhos. (Manifestações nas galerias.) E são essas pessoas que vão dar orientações de foro íntimo, orientação sexual. Isso não é de competência de escola, de professor ou do Estado. O dia que tivermos realmente transferindo todas as autoridades da família para o Estado, para o Governo, ou seja, para quem for, vamos enfraquecer a família - e como todos sabemos, a família é a base da sociedade - vamos enfraquecer a nossa sociedade. (Manifestações nas galerias.) A quem interessa uma família esfacelada? A quem interessa que os filhos não tenham referência dos pais? Interessa àquele Governo que quer manipular as pessoas, e tenho certeza de que não é isso que o Estado do Paraná quer. Então, vamos fortalecer as famílias, vamos votar “*sim*” a esse projeto e vamos deixar as nossas crianças serem crianças. Não precisamos fazer uma sexualidade precoce, não precisamos adiantar o processo. Deixemos as crianças serem crianças, as meninas serem meninas e os meninos serem meninos. (Manifestações nas galerias.) Acreditamos que isto supera, isto ultrapassa a questão religiosa. Temos aqui várias denominações e temos pessoas que nem creem em Deus, mas acreditam na família, acreditam nessa instituição e estão favoráveis ao projeto como está hoje. Então, quero aqui agradecer todas as contribuições. Estou vendo aqui muita gente que circulou pela Assembleia muitos dias, demonstrando a importância de o Plano de Educação estar em consonância com o Plano Nacional, mas principalmente em consonância com o que maioria das pessoas acredita. Então, vamos votar ‘*sim*’. Agradeço, mais uma vez, a todos pelo apoio que tivemos, e peço que votem ‘*sim*’ à emenda da CCJ, onde suprimimos

ideologia de gênero e qualquer coisa que a ideologia trazia consigo. Muito obrigada e que Deus abençoe a todos. (Manifestações nas galerias - aplausos.)”¹⁰²

A deputada profere o seguinte argumento: “Então, gostaria só de reforçar aqui que não é só uma questão de discriminação; muito pelo contrário, acredito que se começarmos a segmentar, aí sim estamos discriminando”. A parlamentar sinaliza uma das acusações que são feitas aos homossexuais já apontadas por Sarah Schulman¹⁰³, a de que “Os homossexuais deveriam se universalizar à heterossexualidade para que possam gozar de representações, mas heterossexuais não têm de mostrar nenhum interesse para além de sua própria experiência.”¹⁰⁴

A justificativa da deputada é uma estratégia de homofobia conforme Schulman explicita, trata-se da ferramenta da “evitação”: quando os sujeitos são excluídos dos discursos e a eles não é permitida qualquer voz sobre como eles mesmas são tratados, uma crueldade desenhada para que se finja que a vítima não existe ou nunca existiu. Conforme Schulman é praticada por certos grupos religiosos, pelo sistema legal, pelas estruturas familiares, pelos sistemas econômicos e convenções sociais que patologizam e isolam pessoas gays através do não reconhecimento ou representação de suas experiências. É perpetrada também por indivíduos que não querem ser responsabilizados pela dor que infligem em outros que não apresentam o poder de tomar medidas contra o praticante da evitação. Para ela a evitação é a forma

102 Diário Oficial Assembleia. Poder Legislativo Estadual. 5ª feira, 25 de junho de 2015. Edição n.º 891. 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, Publicação n.º 92. p 18.

103 **Sarah Schulman** é professora na College os Staten Island, City University of New York. É romancista, dramaturga, roteirista, escritora de não-ficção, historiadora de AIDS, jornalista e cidadã com participação ativa. Co-fundadora do “NY LGBT Experimental Film and Video Festival”, Co-diretora “ACT UP Oral History Project” (www.actuporalhistory.org) e Coordenadora da primeira delegação estadunidense LGBT para a Palestina. Dentre os prêmios já ganhos estão: Guggenheim (Playwrighting), Fulbright (Judaic Studies), 2 New York Foundation for the Arts Fellowships - Fiction, 1 NY Foundation for the Arts Fellowship - Playwrighting, Kessler Prize for Sustained Contribution to LGBT Studies, Stonewall Award for Improving the Lives of Gays and Lesbians in the United States, Revson Fellow for the Future of New York City at Columbia University, Fellow – NY Institute for the Humanities at New York University, 6 residencies at MacDowell, 3 residencies at Yaddo, 2 American Library Association Stonewall Book Awards – fiction/nonfiction, Brown Foundation/Houston Arts Museum Fellow at the Dora Maar House, Fellow - University of Toronto Bonham Center for Sexual Diversity Studies, [tradução da autora da monografia] Retirado de: http://www.csi.cuny.edu/faculty/SCHULMAN_SARAH.html

104 SCHULMAN, Sarah. **Homofobia familiar**: uma experiência em busca de reconhecimento. Revista Bagoas, n. 05, 2010, p. 67-78. p. 73.

mais comum de homofobia e a mais fácil de ser executada: “uma recusa em se comprometer, reconhecer, negociar e comunicar. É uma exclusão da conversa”.¹⁰⁵

A partir da posição apresentada pela deputada, passa a ser também pertinente o exame do tema da proteção voltada à minorias e grupos vulneráveis. Inicialmente, no que tange à conceituação das minorias e dos grupos vulneráveis, Liliana Lyra Jubilut¹⁰⁶ explica: a diferenciação é relevante para a conceituação pois permite, a partir de um construído histórico-político-filosófico-social (primeiro elemento), verificar conjuntos de pessoas que possuem características que as diferenciam da sociedade majoritária. O segundo aspecto essencial da conceituação de minorias diz respeito ao elemento da diversidade - complementar à diferenciação – que visa proteger a diversidade das minorias em relação à sociedade predominante, e entre os grupos minoritários e vulneráveis, portanto, o direito a ser diferente de titularidade tanto de grupos quanto de indivíduos¹⁰⁷. O terceiro elemento para a conceituação de minorias e grupos vulneráveis é a ideia de subjugação, que significa a exclusão (total ou parcial) de um determinado grupo de participação ativa nas relações de poder, tratando-se de fator relevante para formar a preocupação com a proteção dos grupos vulneráveis. Jubilut ainda aponta a identidade, o grupo social¹⁰⁸ e a vulnerabilidade como elementos concretizadores da conceituação de minorias e grupos vulneráveis.

Diante do quadro da heteronormatividade que produz os vários sujeitos “anormais”, as centenas de ingerências médico-psiquiátricas-criminológicas voltadas na história aos sujeitos de identidade ou orientação sexual dissidente, a homofobia e as violências dela advindas, a relação de poder que o grupo LGBT possui com a sociedade majoritária, etc., constata-se seu enquadramento como minoria sexual à

105 SCHULMAN, Sarah. **Homofobia familiar**: uma experiência em busca de reconhecimento. Revista Bagoas, n. 05, 2010, p. 67-78. p. 74.

106 **Liliana Lyra Jubilut** é doutora e mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Tem LL.M em International Legal Studies pela NYU School of Law. Foi Visiting Scholar da Columbia Law School a título de pós-doutorado. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Católica de Santos. Professora e pesquisadora em Direito Internacional e Direitos Humanos. Pesquisadora do Orbis – Centro de Estudos em Direito e Relações Internacionais.

107 Consoante Liliana Lyra Jubilut, está consagrado, por exemplo, na Declaração da Unesco sobre raça e preconceitos raciais de 1978, no art. 1º, §2º, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, art. 8º, §2º, e na Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou étnicas, Religiosas e Linguísticas, art. 1º.

108 Conforme ensina Jubilut, a lógica de se definir um grupo social pode ocorrer a partir da percepção do indivíduo de que fazia parte de um grupo social, ou, no sentido de que se o agente persegue determinada pessoa por entender que ela faz parte de certo grupo, ainda que ela não faça ou não se perceba como fazendo, haveria um grupo social (critério elaborado a partir do tratamento criado pelo direito internacional dos refugiados).

qual é devido o reconhecimento que lhes confira a certeza do poder de desconstruir os fundamentos da homofobia.

A identidade do grupo possui a finalidade de reivindicar a este coletivo os direitos de grupos sexuais minorizados política e culturalmente. A referência ao grupo LGBT na redação dos documentos que formulam estratégias e políticas para a educação, muito diferentemente do que a deputada arguiu, promove a visibilidade do grupo e favorece a articulação de políticas específicas para a proteção e promoção de direitos desses indivíduos. A retirada, por outro lado, dificulta.

Em seguida, a parlamentar do Partido Social Cristão diz: “(...) não queremos a discriminação de ninguém, vivemos num país democrático, e quando as minorias começarem a ditar as regras às maiorias, daí não estamos mais falando de democracia.” A deputada comete um grande equívoco. Como leciona Eneida Desiree Salgado¹⁰⁹, o desenho constitucional da democracia brasileira elege como princípio a necessária participação das minorias no debate público e nas instituições políticas, uma vez que a Constituição se funda no ideal republicano e na exigência de tratamento com igual consideração e respeito de todos os cidadãos.¹¹⁰ Nessa seara, é o pluralismo político que configura a democracia brasileira e impõe que, para lá de serem todos apenas ouvidos, todos os interesses devem ser igualmente considerados, “A participação de grupos minoritários ou de partidos menores na tomada de decisão é indispensável para a configuração da democracia.”¹¹¹

A democracia é mais do que apenas uma vontade majoritária, o exercício do poder deve respeitar os direitos das minorias. E, entre os direitos básicos das minorias, está o de poderem existir e de se verem representadas nas decisões que interessam a toda a sociedade.

A afirmação da deputada de que “não queremos a discriminação de ninguém” não reconhece a existência de minorias e grupos vulneráveis na nossa sociedade e é homofóbica no sentido já exposto da “evitação”. Há minorias e grupos vulneráveis na

109 **Eneida Desiree Salgado** é mestre e doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de pós-doutoramento junto ao Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidad Nacional Autónoma de México, sobre o tema *Administración de las elecciones y jurisdicción electoral: un análisis del modelo mexicano y una crítica a la opción brasilera*, pesquisa publicada em 2016 pela editora da UNAM. Professora do Departamento de Direito Público e do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. Pesquisadora e vice-líder do Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná.

110 SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 1. 288p. p.155.

111 Ibid.. p. 156.

composição da sociedade que demandam fortemente reconhecimento e proteção e que, consoante a professora Liliana Lyra Jubilut, “precisam de auxílio até mesmo para preservar a sua própria identidade”.¹¹²

Jubilut elenca três justificativas para a proteção, que balizam o respeito à dignidade humana. A efetivação do princípio da liberdade é a primeira delas “permite que cada ser humano – e cada grupo – seja quem é ou quem quer ser”. A segunda justificativa para a necessidade de proteção decorre da efetivação do princípio da igualdade, de acordo com o qual as diferenças demandam respeito e influenciam a proteção que é devida (tratar os desiguais na medida de sua desigualdade).

A terceira justificativa, de acordo com Jubilut, decorre da ideia de fraternidade que avança no reconhecimento da igualdade dos indivíduos enquanto seres humanos e do processo de construção de institutos jurídicos (e políticos) para a proteção da dignidade humana, para vislumbrar a “necessidade de se efetivar tais ideias, e para tanto é relevante que todos – e cada um de nós – se responsabilize pela proteção dos direitos dos demais.”¹¹³

Pelo exposto é que a necessidade de proteção às minorias se confirma, tendo em vista, ainda, que tal proteção se refere a direitos e regimes específicos para que possa ser adequada, e não só a regimes e direitos gerais.¹¹⁴

Cláudia Pereira ainda agrega, “Gostaria também de reforçar que o Estado, o Governo, tem que servir para se governar também, e temos que por limites; a família é protegida constitucionalmente.”. O trecho diz respeito aos objetivos do governo, que devem ser limitados. Todavia, a questão da proteção das minorias e de grupos vulneráveis e as justificativas para adequada proteção (liberdade, igualdade, fraternidade, conforme Jubilut)¹¹⁵ se coadunam com os princípios constitucionais e finalidades do Estado Democrático instituído no Brasil. Sendo assim, é injustificada qualquer pretensão de obstar proteção aos grupos sexuais minoritários.

Segue a parlamentar: “Entendemos que a família é mãe, pai e filhos. (Manifestações nas galerias. Aplausos).” Conforme Jimena Furlani, os estudos de

112 JUBILUT, Liliana Lyra (2013). **Itinerários para a proteção das minorias e dos grupos vulneráveis**: os desafios conceituais e de estratégias de abordagem. p.13-32. In JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; e, MAGALHÃES, José Luiz Quadros de (coords.). *Direito à diferença: aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis*, volume I. São Paulo: Saraiva, 2013.

113 Ibid..

114 Ibid..

115 Ibid..

gênero demonstram a solidez da instituição familiar nos mais variados países ao mesmo tempo que revela se tratar de uma instituição em permanente transformação. Segundo a professora catarinense, uma escola democrática e inclusiva sabe que além da família heterossexual tradicional (pai, mãe, filhos/as) existem outros modelos familiares dentro da própria heterossexualidade, cita-se: as famílias onde a/o “chefe”, ou pessoa de referência, não é um homem, mas uma mulher; famílias com mulheres e/ou homens solteiras/os com filhos/as; famílias com filhas ou filhos advindos de diferentes casamentos; famílias com filhos ou filhas adotadas; famílias onde os/as avós ou outros parentes moram juntos, etc. Há também as famílias constituídas por mulheres ou homens homossexuais, com filhas/os biológicos ou filhos/as adotados/as, ou sem filhos/as.¹¹⁶

Ainda segundo Furlani, impele que as diversas famílias que existem hoje sejam visibilizadas na escola, tendo em vista que refletem a realidade plural da sociedade brasileira. Frisa que, “culturalmente, são diferentes, pois podem ser famílias do campo, indígenas, urbanas, quilombolas, etc.” e aponta para que, assim como são as famílias instituições que acolhem, com respeito e dignidade, os sujeitos que a sociedade exclui historicamente, cabe também a escola ser local de acolhida e reconhecimento de todos e todas.¹¹⁷

Na continuação, a deputada fala “E são essas pessoas que vão dar orientações de foro íntimo, orientação sexual. Isso não é de competência de escola, de professor ou do Estado.” A deputada quer enfatizar que a família é a única instituição legítima para prestar educação sexual.

Maria Rita de Assis César relata¹¹⁸ que as experiências de resistência, as iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle desencadearam no período ditatorial a educação sexual e os debates sobre gênero ou feminismo como parte de um projeto de escola e educação que se instaurou nas bases das lutas pela redemocratização do país. Nesse momento a educação sexual foi uma reivindicação importante do movimento feminista brasileiro. Em um contexto em que a escola

116 FURLANI, Jimena. **Educação Sexual** - possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; HECKEL, Jane Felipe; SILVANA. (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003).

117 FURLANI, Jimena. **"Ideologia de Gênero"**? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jimena.furlani>>. Acesso em: 31janeiro2016.

118 CÉSAR, M. R. de A. **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma “Epistemologia”. Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR.

aparece como o lugar privilegiado dos processos de redemocratização, a educação sexual surge como uma proposta libertadora dos corpos, das mulheres e sujeitos. Entretanto, como narra a professora, a ligação entre a educação sexual e o movimento feminista rendeu apenas marcas leves nas práticas pedagógicas de educação sexual no Brasil, as quais logo desapareceram. A luta contra o patriarcado e a hierarquia de gênero associada à educação sexual foi abandonada e “o feminismo como campo de indagação das práticas pedagógicas desapareceu sem deixar rastros.”¹¹⁹

César relata ainda que, ao passo que o feminismo desapareceu como “epistemologia” das práticas pedagógicas sobre a sexualidade, a educação sexual começou a se fortalecer como campo específico da saúde. Assim, esteve fortemente ligado nas lutas contra a ditadura a intelectuais feministas como Carmem Barroso e Cristina Brusquini.¹²⁰

Recentemente, Maria Luiza Heilborn¹²¹, ex-coordenadora do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos, reuniu em livro os trabalhos, muitos deles empíricos, realizados por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Instituto de Medicina Social da Universidade do Rio de Janeiro - UERJ, Escola de Serviço Social da UERJ, Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos da UERJ e do Programa da Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na pesquisa que organizou, Maria Luiza Heilborn considera os estudos foucaultianos que demonstraram a historicidade do dispositivo da sexualidade - o qual instaura a esfera do sexo como verdade última de cada indivíduo, e revela a sexualidade como arbitrária, socialmente condicionada e aprendida - para ensaiar empiricamente as possíveis articulações entre sexualidade e família e também entre sexualidade, família e religião.

119 CÉSAR, M. R. de A. **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR. p. 41.

120 *Ibid.*, p. 41.

121 **Maria Luiza Heilborn** é historiadora, Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ). Pós-doutora pelo Institut National d'Études Démographiques (INED), França. Professora Associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Sua atuação privilegia estudos sobre gênero, sexualidade, família e juventude, agora dedica-se ao tema do suicídio e dos limites da vida. Foi coordenadora geral da pesquisa GRAVAD. Coordenadora do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde (IMS/UERJ). Coordenou o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Autora do livro “Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário”; (Rio de Janeiro, Garamond, 2004); organizadora e autora do livro “O aprendizado da Sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros”; (Rio de Janeiro, Garamond, Fiocruz, 2006); entre outras obras.

As pesquisas tratadas na obra “Sexualidade, Família e Ethos Religioso” têm em vista o processo social da individualização (agência individual, subjetividade e a construção de si) na cultura ocidental contemporânea, onde normas e valores não detêm mais um caráter prescritivo. Elas funcionam como guias de orientação que exigem dos sujeitos atitudes frente às regras sobre as quais socialmente lhes são demandados escolher e posicionar-se.

Heilborn, portanto, acredita que o processo de individualização se dá sobre uma base de dependência ou independência com os valores e concepções preeminentes na família e, nesse sentido, passa a analisar empiricamente o ambiente familiar.¹²²

Os dados colhidos a partir de 4.634 questionários aplicados pela Pesquisa Gravada apontaram as uniões precoces¹²³ como desenlace de relações sexuais que levaram a uma gravidez, associadas fortemente ao pouco diálogo familiar acerca da sexualidade. As informantes, sobretudo as moças de camadas populares, reclamaram de uma vigilância austera das suas vidas afetivas, com duração na adolescência e na fase adulta, realizada especialmente por homens: pais e irmãos mais velhos. Ao mesmo tempo, relataram imperar o silêncio acerca de temas relativos à sexualidade e ao corpo feminino em geral: “várias moças lamentaram nunca ter sido informadas sobre ciclo menstrual”.¹²⁴ Determinados assuntos são considerados inadequados para ser conversados entre gerações distintas e entre pessoas do sexo oposto.¹²⁵

O percentual das moças unidas que iniciaram a vida sexual até os 15 anos de idade é de 42% e cerca de 70% da totalidade apresentaram um episódio de gravidez. Nos dados quantitativos viu-se que o percentual de mães que jamais conversaram sobre menstruação com suas filhas é bem mais alto entre as moças unidas do que entre as solteiras.¹²⁶ Por sua vez, o percentual dentre as solteiras e sem filhos que se

122 HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravada (2005). **Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade**. In HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

123 Para vincular a união conjugal na juventude ao termo precoce o modelo de análise foi dirigido às transformações no estatuto da pessoa, ao se descrever juventude como processo. Considerou-se as expectativas sociais que cercam os jovens na contemporaneidade e salientam as profundas mudanças em torno das presentes concepções sociais das idades. Tomou-se apenas como 'uniões precoces' o grupo de jovens que declarou estar casado ou convivendo maritalmente com alguém em domicílio apartadado das respectivas famílias de origem. HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravada. (2005). op. cit. p. 45.

124 HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravada (2005). op. cit. p. 48.

125 Ibid.. loc. cit..

126 Ibid.. loc. cit..

iniciaram até os 15 anos é de apenas 15%.¹²⁷ Entre os rapazes, a diferença na idade da iniciação sexual entre os unidos e os solteiros não é tão marcante, como explica Heilborn, há uma “exigência cultural de confirmação da masculinidade por meio da iniciação sexual e da universalidade social do valor da masculinidade /virilidade no Brasil”.¹²⁸

Questionadas as moças acerca das suas fontes de informação sobre relação sexual, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis foram citados colegas/amigos e as mães. Contudo, as mães desempenham um papel menos forte entre as moças unidas do que entre as solteiras, o que vem reforçar a interpretação de que há grande relutância no estabelecimento de diálogos acerca do corpo e da sexualidade no seio familiar que, por consequência, resulta em uniões precoces dadas a partir de episódios de gravidez. Heilborn cita ainda a fraca menção ao pai no que diz respeito aos assuntos relacionados à sexualidade em geral¹²⁹.

Heilborn ressalta a importância do “grupo de pares como fonte de informação”. Todavia sua pesquisa mostrou que as mulheres possuem menos acesso a informações sobre sexualidade, e a variedade de fonte é muito pequena: entre as moças unidas 61% declararam apenas uma fonte e 41% das solteiras. Os homens, por sua vez, com grande disparidade, chegaram a declarar três ou mais fontes de informação.¹³⁰

Márcia Thereza Couto¹³¹ em artigo de base empírica intitulado “Gênero e comportamento reprodutivo no contexto de famílias em pluralismo religioso” explora a

127 HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravad (2005). **Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade**. In HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 49.

128 HEILBORN, Maria Luiza (2005). **O aprendizado da sexualidade**: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond. p. 171.

129 Dentre as mulheres unidas, o percentual daquelas que apontaram o pai como uma das fontes de informação sobre contracepção foi de 2,8% contra 40,4% que apontaram a mãe. Dentre as solteiras, 9,7 % apontaram o pai e 47% a mãe. “Tabela 4: jovens entre 18 e 24 anos segundo estado conjugal, sexo, e principais fontes sobre gravidez/meios para evitar filhos”. HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravad (2005). **Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade**. In HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

130 HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravad (2005). op. cit. p. 49.

131 **Márcia Thereza Couto** é Professora Associada do Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (1992), mestrado em Antropologia (1996) e doutorado em Sociologia (2001) pela mesma universidade. Pós-Doutorado (2003) e Livre Docência (2016) pela Universidade de São Paulo. Tem experiência nas áreas de Ciências Sociais e Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero e saúde, Masculinidades, Pesquisa qualitativa, Corpo, sexualidade e Reprodução. É Editora Associada da Revista Saúde e Sociedade e Pesquisadora do CNPq (Nível 2) desde 2011. Retirado de: <http://lattes.cnpq.br/0052401755813519>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

força da dependência e influência recíproca entre família e religião, e religião e sexualidade em dezessete famílias populares de um bairro da periferia do Recife-PE, Ibura, nos anos de 1999 e 2000.¹³²

Sua pesquisa apontou que, no que diz respeito à educação sexual transmitida pelos pais dos entrevistados, não houve diferença quanto à influência da religião (Batista, Assembleia de Deus, Congregacional Renovada e Missão Evangélica): quase todos os entrevistados – homens e mulheres – afirmaram não ter recebido orientação sexual dos pais. Todavia, foram as mulheres que disseram que a falta de diálogo e as impossibilidades de trânsito em espaços que permitiriam maior aproximação com estas questões fez com que a aprendizagem sobre a sexualidade se desse “de forma a tirar poder de decisão e de controle em diversas situações.” As mais jovens e com maior escolaridade citaram que “o acesso às informações, via amigas da escola, televisão e revistas, diminuiu ‘a angústia de não saber sobre sexo.’”¹³³

No que tange aos homens, a falta de orientação sexual advinda dos pais não chegou a significar um problema: a professora ressalta o quanto o universo masculino está associado à rua e o feminino à casa, constituindo, assim, as referências pelas quais tais gêneros se expressam. Do lado das mulheres, o domínio da sexualidade só foi revelado a partir do ingresso nas etapas do curso da vida (casamento, maternidade), quando a sexualidade passou a ser uma referência legítima, especialmente porque vinculada à reprodução. Do lado dos homens, percebe-se uma sexualidade reconhecida como domínio sobre o qual o homem deve ser perfeitamente consciente. Para que transite com confiança nesse terreno, “a ele deveria ser dado o espaço público como local propício não apenas para a ‘formação’ como homem, mas por sua condição ‘natural’ de ser ‘ativo’.” As reuniões entre amigos e os bares se constituem ao mesmo tempo como espaços nos quais há esse aprendizado e como terrenos de vigilância da masculinidade.

Observou-se na pesquisa uma cultura que afasta o pai da criação dos filhos e reforça sua posição de provedor material, enquanto cabe à mulher evangélica orientar e educar os filhos, “uma quebra dos laços de reciprocidade” e também uma compreensão da lógica da sexualidade masculina como diferente da feminina. A

132 COUTO, Maria Thereza (2005). **Gênero e comportamento reprodutivo no contexto de famílias em pluralismo religioso**. In: HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

133 Ibid.. p. 214.

rigidez comportamental aplicada às filhas é a imposição de se preservar para o casamento, em observância a uma norma religiosa e culturalmente legitimada. No que tange aos meninos, alguns maridos indicaram “o valor da ‘experiência’ sexual na formação dos rapazes em homens”, conforme um dos entrevistados, “(...) para o homem não é uma boa (manter a virgindade), porque o homem tem que ter formação... e pela própria agressividade que ele tem, que é natural, ele não agüenta ficar sempre virgem (...) A mulher agüenta (...)”.¹³⁴

Na continuação do discurso da deputada Cláudia Pereira:

O dia que tivermos realmente transferindo todas as autoridades da família para o Estado, para o Governo, ou seja, para quem for, vamos enfraquecer a família - e como todos sabemos, a família é a base da sociedade - vamos enfraquecer a nossa sociedade. (Manifestações nas galerias.) A quem interessa uma família esfacelada? A quem interessa que os filhos não tenham referência dos pais? Interessa àquele Governo que quer manipular as pessoas, e tenho certeza de que não é isso que o Estado do Paraná quer. Então, vamos fortalecer as famílias, vamos votar “*sim*” a esse projeto e vamos deixar as nossas crianças serem crianças. Não precisamos fazer uma sexualidade precoce, não precisamos adiantar o processo. Deixemos as crianças serem crianças, as meninas serem meninas e os meninos serem meninos.

De acordo com a genealogia elaborada por Foucault, a partir do século XVIII, um dispositivo de controle sobre os indivíduos e as populações passa a funcionar (dispositivo da sexualidade), o qual corresponde a uma rede muito sutil de produção de discursos, saberes, prazeres e poderes sobre a verdade do sexo, dissipados nas instituições, leis, enunciados científicos, proposições morais, etc., o dito e o não dito conectam esses elementos em uma rede de poder-saber.¹³⁵

No início do século XIX esse dispositivo acionou a produção de métodos e procedimentos de controle, com o aparecimento das tecnologias médicas de sexo, às quais se ligavam, estrategicamente, rituais, tradições e modelos em nome da saúde, da felicidade e da produtividade. Conforme seus estudos, a grande campanha contra a masturbação infantil na Europa, realizada entre os anos 1760 e 1780, baseada no temor do incesto, conduziu a família a se tornar vigilante da sexualidade infantil, e a

134 COUTO, Maria Thereza (2005). **Gênero e comportamento reprodutivo no contexto de famílias em pluralismo religioso**. In: HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 222.

135 FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 17a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

presença de um especialista de fora da família (um médico e mais futuramente um psiquiatria), se tornou necessária. Em meados do século seguinte, a categoria homossexual estaria sendo cunhada pela psiquiatria como sinônimo de uma identidade patológica, comparativamente à sexualidade tida como saudável: que se traduzia na vivência da heterossexualidade, dentro da instituição do casamento, sob um regime de monogamia e com vistas à reprodução. O chamado “homossexualismo”, significado como uma anormalidade e degenerescência, acompanhado de outros “desvios” do modelo economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo, passaram, a ser controlados pelo Estado e sua comparte, a família. Segundo Maria Rita de Assis César, “a instituição passa a ser o veículo por excelência para cuidar e produzir a infância ideal e a família ideal, que, por sua vez, produzirão o sujeito ideal, isto é, o sujeito disciplinado.”¹³⁶

Este é o sentido de família que se percebe até os dias de hoje, e, em especial, no discurso da parlamentar em referência: a família como guardiã da sexualidade dos filhos e filhas, o que é autorizado pelo dispositivo da sexualidade. Assim, dota-se os membros da família de autorização para questionar e julgar o modo como estes vivenciam a sexualidade, garantindo a heteronormatividade a partir da exclusão de toda dissidência a essa norma, ou seja, por meio da homofobia. A partir da teoria feminista pode-se ainda anunciar que, em se tratando de membro homossexual de gênero feminino, essa vigilância e julgamento seriam mais autoritários, visto que o que estrutura o papel das mulheres nas famílias e a própria família nuclear enquanto bastião da heterossexualidade é a dependência, a subordinação aos homens e a submissão das mulheres dentro do mundo doméstico.

Conforme Atas das Sessões disponibilizadas no Diário Oficial da Assembleia, a deputada Cantora Mara Lima (PSDB), atual líder da Bancada Evangélica da Assembleia Legislativa do Paraná, discursou contra as estratégias previstas na proposta original do Plano Estadual de Educação que visavam o combate à discriminação e inclusão da população LGBT. Seus discursos ressaltavam que a parlamentar não permitiria a destruição da família e, portanto, afirmava com certeza a completa saída da “questão da ideologia de gênero” através de substitutivo geral. Conforme a Assessoria de Imprensa da Deputada Mara Lima, na tribuna muitos

136 CÉSAR, M. R. de A (2004). **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 59.

cidadãos estavam presentes, seguravam cartazes com frases "não à ideologia de gênero" e "as ideologias de gênero são favoráveis à pedofilia", e no final do discurso da deputada a aplaudiram.

Jane Felipe aponta o absurdo em associar a pedofilia e o pedófilo aos homossexuais, de modo que estes simbolizassem um perigo constante aos bons costumes e às práticas sexuais consideradas legítimas.¹³⁷

Schulman afirma que trata-se de um controle constante para que pessoas gays sejam mantidas distante de crianças. Às vezes, na tentativa desses em provar o quanto são amigos das crianças chegam até o ponto de sentir que precisam tê-las para ser completamente humanos ou tratados como um humano completo pela família e governo: "Hoje, em um ato de inferiorização, as pessoas gays têm tido filhos como uma prova de que merecemos direitos, respeito e representação." Segundo afirma César, "o regime de verdade da heteronormatividade é estabelecido como uma obrigação, isto é, uma condição sem a qual se torna impossível estar no mundo."

137 A professora Jane Felipe em artigo da sua autoria intitulado "Afinal, quem é mesmo pedófilo?", a partir da construção do conceito "pedofilização" busca revelar as contradições presentes na sociedade contemporânea que constrói um tipo de representação da criança que exige mecanismos para sua proteção e, por outro lado, legitima determinadas práticas sociais que percorrem a mídia, músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. Segundo a pesquisadora, as propagandas se utilizam fartamente do recurso da exibição de corpos femininos com apelo erótico, elas "remetem a ideia de um corpo para o consumo, que pode ser acionado para o deleite de fantasias sexuais, especialmente as masculinas", no mesmo sentido, masculinidades heterossexuais articuladas ao conceito de pedofilização são construídas nas revistas dirigidas ao público masculino. Ver: FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?**. cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.201-223. p. 214.

CAPÍTULO III - Teoria democrática e representação

3.1 Representação política das mulheres

Suzanne Dovi¹³⁸ explica que há três modelos principais de democracia sustentados na teoria democrática contemporânea: o modelo agregativo, o modelo deliberativo e o modelo antidominação. O modelo agregativo identifica as instituições democráticas pelo modo que acumulam as preferências dos cidadãos. Diversamente, o modelo deliberativo as identifica pela sua habilidade de fornecer aos cidadãos a oportunidade de expressar e refinar suas posições políticas. Como explica, o modelo deliberativo não presume que os cidadãos tenham fixado preferências; ao invés disso, requer que os cidadãos justifiquem suas preferências e as confrontem com aqueles que discordam, “De modo simplista, democracia é um meio de discutir problemas”.¹³⁹ Por último, o modelo antidominação identifica instituições democráticas por sua habilidade de resistir ao uso arbitrário e injusto do poder, “aqui, o processo democrático resiste à monopolização do poder”.¹⁴⁰

As instituições de representação ocupam um lugar central nos três modelos, e cada modelo de democracia identifica diferentes benefícios advindos da representação. O modelo antidominação da teoria democrática, por exemplo, entende o valor das instituições representativas como resultado da sua capacidade de resistir às relações de poder opressivas.¹⁴¹

138 **Suzanne Dovi** é Professora Associada da School of Government and Public Policy na Universidade do Arizona. Os seus interesses de pesquisa incluem a teoria democrática, a representação (especialmente a representação de grupos menos favorecidos), a teoria feminista e os direitos humanos. Ela está mais interessada em explorar como cidadãos democráticos devem avaliar aqueles que detêm e exercem poder sobre grupos vulneráveis e marginalizados. Por exemplo, em “Making the World Safe for Hipocrisy”, ela escreve sobre como os cidadãos democráticos devem avaliar a aparente hipocrisia das intervenções humanitárias. Sua pesquisa também explora se as instituições democráticas têm a obrigação de contrariar o desespero político. Seu artigo mais recente no Journal of Politics é intitulado “In Praise of Exclusion”. Suzanne Dovi é Phd pela Universidade de Princeton, MA pela Universidade de Georgetown e M. Litt. pela Trinity College, Dublin. Seu trabalho constou na American Political Science Review, Journal of Politics, Constellation e Polity. Publicou “The Good Representative” em 2008 e atualmente está trabalhando em outro livro, “A Theory of Non-Presence”. [tradução da autora da monografia] Retirado de: sgpp.arizona.edu/user/suzanne-dovi.

139 DOVI, Suzanne (2006). **Making Democracy Work for Woman?** Paper apresentado na 2006 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. p. 4.

140 Ibid., loc. cit..

141 Ibid., p. 5.

Entretanto, não são todos que apóiam instituições de representação, Dovi aponta que as instituições de representação política são vistas por alguns como ferramenta de dominação. Algumas feministas, por exemplo, consideram a tarefa de falar em nome de outro um ato de dominação, “For instance, Joyce Trebilcot (1988) rejects speaking for others with a lesbian feminist community on the grounds that to 'try to get other wimmin to accept my beliefs in place of their own' is a kind of 'discursive coercion and even a violence'.”¹⁴² Pontuando que a representação política não é simplesmente um ato de assistência política; em vez disso, pode ser uma maneira de manter certos interesses, opiniões e perspectivas fora da agenda política.

Por outro lado, a estadunidense argumenta que a posição de Trebilcot reflete um profundo ceticismo acerca dos modos pelos quais a atividade de representação política ocorre, colocando opiniões, interesses e perspectivas de diferentes membros em uma relação antagônica. Há uma suposição implícita na prática de instituições representativas de que as relações políticas antagônicas são a melhor forma de julgar os conflitos.¹⁴³

Tendo em vista a sub-representação política das mulheres, as relações entre natureza e convenção, Susan Moller Okin figura entre as estudiosas que acreditam que o modelo atual de participação política pode ser reparado a partir da inclusão de homens e mulheres como participantes iguais tanto na esfera pública quanto na privada.¹⁴⁴ Conforme explica a cientista política da Universidade de São Paulo Teresa Sacchet, em Okin o universalismo e o particularismo não são concebidos como projetos antagônicos. Uma separação rígida entre universalismo e particularismo promove a fixação das diferenças, sob as quais são construídos estereótipos sobre grupos sociais, dificultando comparações e construções de alianças necessárias para o estabelecimento de solidariedade entre eles.¹⁴⁵

“Um homem (depois acrescentado: ou uma mulher), um voto’ deve permitir que cada indivíduo determine quais de suas características deseja exprimir na arena política” trata-se do princípio liberal da autoidentificação do interesse que, em sua

142 DOVI, Suzanne (2006). **Making Democracy Work for Woman?** Paper apresentado na 2006 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. p. 5.

143 Ibid.. p. 6

144 OKIN, Susan Moller (2008). **Gênero, o público e o privado**. Revista Estudos Feministas, v.16, n. 2.

145 SACCHET, Teresa (2012). **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 399-431, maio-agosto/2012. p. 415.

combinação com um sistema eleitoral de representação proporcional, asseguraria uma justa constituição do parlamento.¹⁴⁶ Iris Marion Young é crítica da abstração de direitos como definição de justiça sustentada pelas teorias políticas liberais. A pesquisadora defende o que chama de feminismo *gynocentric* (feminismo da diferença)¹⁴⁷, que diz respeito a um projeto alternativo de representação especial no qual grupos oprimidos teriam seus espaços próprios de articulação política (financiados pelo Estado), os quais seriam consultados e teriam poder de veto sobre projetos que dissessem respeito aos seus interesses.¹⁴⁸

Há autoras que contestam a visão de Young. A posição da pós-estruturalista Chantal Mouffe¹⁴⁹ é que a construção de um espaço diferenciado por sexo, ou por qualquer outra diferença de grupo, essencializa e fixa identidades de grupos que tem múltiplos pertencimentos. Relacionando sua pesquisa com a de Carole Pateman¹⁵⁰, Mouffe afirma concordar com Pateman¹⁵¹ que a categoria moderna do indivíduo foi construída de modo que postula um universalista e homogêneo “público” que relega toda particularidade e diferença para o “privado”, com consequências muito ruins para as mulheres. Entretanto, não acredita que o remédio é substituí-lo por uma concepção

146 MIGUEL, Luis Felipe. **Desvelo e interesse na Teoria Feminista**. In BIROLI, Flávia. e MIGUEL, Luis Felipe. (orgs.). Teoria política e feminismo – abordagens brasileiras. Vinhedo, SP, Editora Horizonte, 2012. p. 111.

147 Ibid.. loc. cit..

148 YOUNG, Iris Marion (1985). **Humanism, Gynocentrism and Feminist Politics**. Women's Studies International Forum, v. 8, p. 173-183, 1985.

149 **Chantal Mouffe** é uma teórica política formada pelas Universidades de Louvain, Paris e Essex e professora de teoria política da Universidade de Westminster. Ensinou em Universidades da Europa, América do Norte e América Latina e ocupou cargos de pesquisa em Harvard, Cornell, na University of California, no Institute for Advanced Study in Princeton, e no Centre National de la Recherche Scientifique in Paris. Entre 1989 e 1995 foi Diretora de Programa no College Internacional de Philosophie em Paris. [tradução da autora da monografia] Retirado de: www.westminster.ac.uk/about-us/our-people/directory/mouffe-chantal. Acesso em: 20 de julho de 2017.

150 Ver PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford, 1988, e, **The Disorder of Women**, Cambridge, 1989.

151 **Carole Pateman** se juntou ao Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia em janeiro de 1990. Atualmente é professora honorária da Universidade de Cardiff (Reino Unido). Sua área de especialização é a teoria política, um campo que ela interpreta amplamente. No Departamento ela ensinou Teoria Democrática, História do Pensamento Político Feminista, Multiculturalismo, Mulheres e Política e os Teóricos Políticos e os Animais. Ela também atuou na sua profissão, servindo como (a primeira mulher) presidente da Internacional Political Science Association (1991-94) e como presidente da American Political Science Association (2010-11). É membro da Academia Americana de Artes e Ciências, da Academia Britânica e da Academia de Ciências Sociais do Reino Unido. Ela possui graus de honra da Universidade Nacional da Austrália, da Universidade Nacional da Irlanda e da Universidade de Helsínquia. Em 2012 recebeu o Prêmio Johan Skytte em Ciência Política. [tradução da autora da monografia] Retirado de: www.polisci.ucla.edu/content/carole-pateman Acesso em: 20 de julho de 2017.

sexualmente diferenciada, binária do indivíduo e trazer tarefas específicas das mulheres para a própria definição de cidadania.¹⁵²

Anne Phillips argumenta que “A noção de que nossa política pode simplesmente refletir uma de nossas identidades parece implausível ao extremo”.¹⁵³ Na esteira de Butler, para Mouffe não tem como logicamente haver uma estrutura social anterior aos indivíduos que lhes forneça um leque de interesses objetivos, pois os sujeitos são interpelados por várias formações discursivas, não existe uma identidade feminina, “A identidade de tal sujeito múltiplo e contraditório é, portanto, sempre contingente e precária, temporariamente fixada na intersecção daquelas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação”.¹⁵⁴

Philips, estudiosa da teoria política e da representação proporcional para os grupos, demonstra correções importantes à abordagem da democracia liberal. Embora seus estudos foquem em uma política afirmativa de cotas, visa através dessa equiparar o acesso político dos membros de grupos oprimidos, e não como um mecanismo de representação de grupo. Crê que mais cidadania para mulheres depende necessariamente de maior inclusão das mulheres em processos político-decisórios e implementação de políticas de gênero, contudo, não deixa de afirmar que a visão acerca do futuro que deseja é andrógina.¹⁵⁵

A obra “The Concept of Representation” de Hanna Pitkin é frequentemente citada no que diz respeito aos quatro modos que a autora interpreta a representação, cada visão da representação fornece uma abordagem alternativa para avaliar a representação de mulheres nos regimes democráticos. Dividindo em dois grupos a representação, a formalística, de um lado, a substantiva, de outro, tem-se que o

152 “I agree with Pateman that the modern category of the individual has been constructed in a manner that postulates a universalist, homogeneous ‘public’ that relagates all particularity and difference to the ‘private’, and that this has very negative consequences for women. I do not believe, however, that the remedy is to replace it by sexually differentiated, ‘bi-gendered’ conception of the individual and to bring women’s so called specific tasks into the very definition of citizenship”. MOUFFE, Chantal (1993). **The return of the political**. London: Verso, 1993. p. 81.

153 PHILLIPS, Anne (1987). **Divided loyalties: dilemmas of sex and class**. London: Virago. Apud PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 339-363. Do original “So what’s wrong with liberal democracy?”, publicado como o capítulo 6 do livro *Engendering democracy*. Direitos autorais concedidos pela Polity Press Ltd. Traduzido por Plínio Dentzien. Revisão da tradução por Flávia Biroli. p. 348.

154 MOUFFE, Chantal (1993). **The return of the political**. London: Verso, 1993. p. 77.

155 PHILLIPS, Anne (2011). **O que há de errado com a democracia liberal?** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 339-363. Do original “So what’s wrong with liberal democracy?”, publicado como o capítulo 6 do livro *Engendering democracy*. Direitos autorais concedidos pela Polity Press Ltd. Traduzido por Plínio Dentzien. Revisão da tradução por Flávia Biroli. p. 344.

entendimento formalístico foca na presença de características de autorização (por parte dos eleitores) e de *accountability* (dos agentes, para os eleitores); em defesa da representação substantiva, Pitkin avalia que esta implica que o representante não esteja em persistente contradição com os representados. Subdividindo a representação substantiva, *standing for* é a categoria que encorpa a representação descritiva (mulheres podem parecer ou compartilhar certas experiências com suas representantes) e simbólica (mulheres podem se sentir representadas); a segunda categoria seria *acting for*.¹⁵⁶

Teresa Sacchet argumenta que a discussão atual em torno da representação especial de grupos é articulada principalmente através do debate sobre a relação entre representação descritiva e representação substantiva, para ela é obviamente contestável o argumento que pressupõe uma relação automática entre as experiências do representante e seus projetos políticos. Por outro lado, crê que as ideias dos indivíduos não estão dissociadas de suas vivências materiais, para ela “uma composição mais plural dos espaços pólíticos-decisórios, em que diversos grupos sociais estejam representados, propiciaria a expressão de diferentes perspectivas, favorecendo a construção de políticas mais voltadas a interesses e necessidades sociais mais amplas.”¹⁵⁷

Em Young a diferença significativa, do ponto de vista político, entre mulheres e homens não é uma diferença intrínseca, mas estrutural, ligada às posições que ocupam em dada formação social. Nas mãos de Young e de muitas/os outras/os, explica Miguel, o conceito de perspectiva social vai ser tomado como “uma espécie de mantra”.¹⁵⁸ Partindo da visão de democracia deliberativa, ele leva à ideia de que a principal riqueza da multiplicidade de perspectivas é ampliar a qualidade cognitiva do debate político, “O que está em jogo é a possibilidade de realmente alcançar, na esfera política, o pluralismo de perspectivas e de interesses que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas”.¹⁵⁹

156 PITKIN, Hanna F. (1967). **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press. p. 38.

157 SACCHET, Teresa (2012). **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 399-431, maio-agosto/2012. p. 415.

158 MIGUEL, Luis Felipe. **Desvelo e interesse na Teoria Feminista**. In BIROLI, Flávia. e MIGUEL, Luis Felipe. (orgs.). Teoria política e feminismo – abordagens brasileiras. Vinhedo, SP, Editora Horizonte, 2012. p. 126.

159 Ibid.. loc. cit..

O quadro formulado por Anne Phillips em "The Politics of Presence" segue esta lógica, bastante comum na teoria democrática, segundo a qual mais inclusão de ideias ou presença sinala uma representação melhor. O argumento de Phillips é que uma política de presença é necessária pois não se sabe quais são os interesses das mulheres. Se fossem os interesses das mulheres conhecidos um homem poderia facilmente favorecer uma lista de políticas como um homem. Tal argumento é favorável a representação descritiva como mecanismo de promover a representação substantiva de gênero.

Já para Varikas, a presença sob quaisquer condições de mulheres nos parlamentos não provoca nem forçosa nem automaticamente uma erosão das estruturas de dominação que impedem as mulheres de usufruir de uma cidadania plena. O aumento do contingente de representantes do sexo feminino não basta por si só para provar a existência de uma cultura política melhor para a cidadania das mulheres.¹⁶⁰ Eleger representantes mulheres não garante que as mulheres estão sendo bem representadas, muito menos democraticamente representadas.¹⁶¹

Para a professora e cientista política da Universidade do Arizona Susanne Dovi vendo sob a perspectiva da experiência das mulheres, as instituições democráticas podem ser mecanismos de dominação ou mecanismos liberação.¹⁶² "The Politics of Non-Presence", re-intitulado "What's missing? A Typology of Political Absence" em 2017, trata-se de um paper preparado por Suzanne Dovi em 2015 e é um pedaço do trabalho mais atual da pesquisadora, ainda em andamento, "A Theory of Non-Presence". Neste a professora busca demonstrar que mecanismos de inclusão podem não apenas ser cooptados como um modo de aumentar a legitimidade de processos democráticos questionáveis, mas podem reforçar vieses antidemocráticos nesses processos. Consequentemente, seria um erro assumir que todo o aumento de

160 VARIKAS, Eleni (1996?). **Refundar ou reacomodar a democracia?** Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. Revista Estudos Feministas, 4, 1: 65/94. p. 91.

161 "Having female representatives cannot guarantee that women are being adequately, let alone democratically, represented. For this reason, Jane Mansbridge (1999) argues that female representatives are only contingently necessary: female representatives are only required for certain functions in certain contexts". DOVI, Suzanne (2015). **The Politics of Non-Presence**. Paper preparado para apresentação na ECPG Conference in Uppsala, 11-13 Junho de 2015. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. p. 8.

162 DOVI, Suzanne (2006). **Making Democracy Work for Women?**. Conference on Political Women and American Democracy, University of Notre Dame, South Bend, IN., 2006. p. 2. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. Disponível em: http://rooneycenter.nd.edu/assets/11303/dovi_conference.pdf.

diversidade ampara democracias modernas e plurais ("Lesson 1").¹⁶³ Em relação a essa primeira lição, Dovi argumenta que há uma importante diferença entre estudar *the process of claims-making* e estudar *the process of claims-supression*, "instead of focusing on whose behalf representatives claim to act on and where, it is also important to attend to which groups they denounce, denigrate, and distance themselves from as they serve the 'represented'".¹⁶⁴

A professora do Arizona identifica dois tipos ideais de inclusão: *the mirror approach* e *the democratic filter*. De acordo com a abordagem do espelho, o padrão para avaliar uma representação democrática é uma correspondência acurada e proporcional da sociedade. Primando pela segunda abordagem, identifica a inclusão na medida em que procedimentos democráticos podem filtrar visões inconsistentes com práticas democráticas legítimas. O conteúdo substantivo das opiniões que dominam os processos representativos é importante para acessar se os processos democráticos são inclusivos. Em particular, essa abordagem assume que a inclusão na democracia é aumentada quando as opiniões dominantes nos processos representativos estão comprometidas com a igualdade política, quando permitem ao pluralismo sobreviver e prosperar e quando marginaliza aquelas que promovem meios violentos para a resolução de conflitos.¹⁶⁵ Para a professora, *formal political equality*, *non-violence* e *pluralism* são as três normas "mínimas" para avaliar se as consequências políticas estão sendo consistentes com procedimentos democráticos.

A abordagem do filtro democrático reconhece aqueles grupos que cooptam as instituições democráticas e a retórica democrática e as utilizam para dominar outros grupos, ao contrário de compartilhar o poder.¹⁶⁶ É necessário avaliar as(os) representantes pela sua habilidade em falar pelas populações vulneráveis. Isso requer que não se permaneça neutro em relação à todas as reivindicações e não se deixe de avaliar o impacto destas nos demais grupos, de outro modo pode-se acabar por reificar o poder que sustenta o grupo privilegiado.¹⁶⁷ Percebeu-se que a reivindicação para "retirar do Plano a ideologia de gênero" sanciona a retirada de direitos de inúmeros contingentes populacionais, entre eles população LGBT e queers. O aviso

163 DOVI, Suzanne (2015). **The Politics of Non-Presence**. Paper preparado para apresentação na ECPG Conference in Uppsala, 11-13 Junho de 2015. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. p. 4.

164 Ibid.. p. 10.

165 Ibid.. p.12.

166 Ibid.. loc. cit..

167 Ibid.. p. 14.

de Dovi é para que se desconfie do modo como interesses particulares das mulheres podem ser cooptados pelos grupos dominantes e alinhados com esses.¹⁶⁸

Suzanne Dovi explora como uma representação substantiva de gênero pode exigir limitação e remoção do poder de grupos historicamente privilegiados dentro de instituições democráticas: “A transformative politics might require a certain kind of relationship between a politics of presence and a politics of non-presence”.¹⁶⁹ Bem por isso é necessário localizar grupos que possuem muita influência e exercem o poder antidemocraticamente. A segunda lição, portanto, é que algumas exclusões podem beneficiar a democracia (“Lesson 2”).¹⁷⁰

Como explica, as democracias podem ter leis de sufrágio universal e ainda assim ter uma variação significativa a respeito dos indivíduos que possuem direitos políticos e da extensão em que os cidadãos podem exercê-los, o quadro é pior ainda a respeito de uma representação política adequada. *Impediments to Political Participation* (IPP’S) na visão de Suzanne Dovi podem ser necessários e válidos para melhorar a democracia, em geral, e para a representação democrática em particular. Para ela, a habilidade para manter políticas antidemocráticas e antimulheres fora da agenda legislativa é crucial para o entendimento de uma representação substantiva das mulheres.

Para isso se faz necessário rastrear grupos antidemocráticos. Para os propósitos da autora eles podem ser considerados antidemocráticos quando: “obstam direitos civis e políticos a outros cidadãos com base em percepções preconceituosas daquilo que caracteriza os sujeitos”¹⁷¹, em segundo, “avançam uma agenda política que recomenda ou tolera o uso da violência como forma de resolver desentendimentos políticos”¹⁷² e por último, “avançam uma disposição política que deseje eliminar aqueles que discordam deles, procuram dominar ao invés de compartilhar o poder político”.¹⁷³

168 DOVI, Suzanne (2015). **The Politics of Non-Presence**. Paper preparado para apresentação na ECPG Conference in Uppsala, 11-13 Junho de 2015. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. p. 14.

169 Ibid.. p.1.

170 Ibid.. p. 17.

171 “deny the civil and political rights to other citizens based on immutable and ascriptive characteristics”. Ibid.. p. 20.

172 “advance a policy agenda that recommends or condones the use of violence as a way to settle political disagreements”. Ibid.. loc. cit..

173 “advance a political disposition that wishes to eliminate those who disagree them, seek to dominate as opposed to share political power, (reciprocity or sharing power/ pluralism, compromise)”. Ibid.. loc. cit..

Nessa seara, afirma que grupos antidemocráticos que satisfazem um dos critérios acima deveriam ser marginalizados de uma política democrática. Enquanto esses grupos possuírem direitos políticos integrais, a democracia funcionaria melhor com certas normas informais para prevenir tais grupos de realizar suas preferências políticas.¹⁷⁴ O exemplo que Dovi dá é a recusa de candidatos que aceitam dinheiro de grupos de supremacia branca, para ela a disposição dos eleitores em punir os candidatos que aceitam dinheiro desses grupos indica condições sociais nas quais a representação substantiva das mulheres provavelmente será melhorada “porque facilita a representação substantiva *democrática* das mulheres”.¹⁷⁵ Sendo assim, a pesquisadora visualiza o impedimento do exercício dos direitos formais de grupos antidemocráticos (limitando e restringendo sua influência) como uma evidência de progresso democrático.

Alguém pode dizer que grupos que endossam a teocracia cristã ou apoiam políticas de violência podem representar as preferências e interesses particulares de algumas mulheres, todavia é importante notar que esses grupos possuem compromissos não democráticos. Diferentes tipos de grupos antidemocráticos podem incluir, segundo Dovi, “‘particularistic parties’ formed along religious lines” bem como, partidos que propagam o racismo ou a xenofobia.¹⁷⁶ “The inclusionary rhetoric that dominates current approaches to studying the substantive representation of women masks the power relations latent in the representative process by assuming that diversity of claim-making translates into effective influence”, em outras palavras, manter o foco apenas para uma política de presença não garante que os resultados políticos serão compatíveis com a representação democrática.

3.2 Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos

A política de cotas por sexo em processos eleitorais está inscrita em um processo mundial, como foi a conquista pelo sufrágio feminino. Há vinte anos foi instituída no Brasil a ação afirmativa para a entrada de mulheres nas legislaturas, Lei n.º 9.504/97. A ainda atual minorização política de metade dos cidadãos revela o

174 DOVI, Suzanne (2015). **The Politics of Non-Presence**. Paper preparado para apresentação na ECPG Conference in Uppsala, 11-13 Junho de 2015. [a permissão para citar foi concedida pela autora]. p. 21.

175 Ibid.. loc.cit..

176 Ibid.. loc. cit.. (rodapé).

sintoma mais explícito dos limites da democracia real. A percepção é de que as instituições democráticas, como assembleias de parlamentares eleitos, são uma forma de governança masculina dos corpos ou uma forma de governança na qual mulheres legislam de modo desigual.

A demanda paritária têm alcançado visibilidade política porque se tornou o sinal mais flagrante do apartamento crescente entre governantes e governados, numa época em que o sistema representativo enfrenta uma profunda crise de legitimidade, cujas marcas só se multiplicam. Eleni Varikas analisa, relativamente ao contexto Francês do final do século XX, em marcha para a paridade de gênero na política, que para muitos a melhora na posição das mulheres nas assembleias é tomada como forma de dar credibilidade a um sistema discredito, mecanismo para reduzir o “déficit democrático”¹⁷⁷. Para Varikas a palavra de ordem paridade não constitui em si mesma um projeto político claro e coerente, a confrontação de ideias e desafios que se colocam é “a única maneira de escapar da dicotomia política de ser contra ou a favor da paridade (muitas vezes apresentada como uma disputa entre ser contra ou a favor da igualdade entre os sexos)”.

Como aponta Luis Felipe Miguel¹⁷⁸, existem outras desproporções que não são notadas ou não são vistas como inadequadas. As crianças são excluídas de todos os direitos políticos e o que causa espanto nas pessoas, “via de regra, não é a exclusão, mas o fato de que alguns grupos tentem eliminá-la”¹⁷⁹, demonstrando um amplo consenso em torno da ideia de que as crianças estão incapacitadas para os direitos, privilégios, deveres e responsabilidades dos cidadãos adultos. A circunstância das crianças, “sua exclusão *efetiva* da arena política não é *percebida* como tal – ou seja, não é tematizada como um problema político -, porque se considera que é a mera decorrência de uma característica natural, que as torna incapazes de promoverem seus próprios interesses.”¹⁸⁰

177 VARIKAS, Eleni (1996?). **Refundar ou reacomodar a democracia?** Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. Revista Estudos Feministas, 4, 1: 65/94. p. 66.

178 **Luis Felipe Miguel** é professor titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq. Publicou, entre outros, os livros Mito e discurso político (Editora Unicamp, 2000), Democracia e representação: territórios em disputa (Editora Unesp, 2014), Feminismo e política: uma introdução (com Flávia Biroli; Boitempo, 2014) e Consenso e conflito na democracia contemporânea (Editora Unesp, 2017). Retirado de <http://lattes.cnpq.br/09888589849399965> Acesso em 20 de julho de 2017.

179 MIGUEL, Luis Felipe. **Desvelo e interesse na Teoria Feminista**. In BIROLI, Flávia. e MIGUEL, Luis Felipe. (orgs.). Teoria política e feminismo – abordagens brasileiras. Vinhedo, SP, Editora Horizonte, 2012. p. 107.

180 Ibid.. loc. cit..

Não se pode negar que a sub-representação feminina trata-se de um grave problema de injustiça, todavia, a posição de Varikas é que tal disparidade “nada mais é que o exemplo mais flagrante da sub-representação de uma série de grupos sociais”.¹⁸¹ Eleni Varikas identifica o indivíduo abstrato (desprovido de qualquer atributo particular – gênero, cultura, classe) como o substrato de base da democracia representativa. Portanto é estranha aos princípios fundadores da democracia tal paridade entre os sexos, pois esta passa pelo reconhecimento político da dimensão de gênero (neutralidade consistindo no uso do masculino) do indivíduo e objetiva integrar as mulheres enquanto mulheres mas também os homens enquanto homens. A posição de “igualdade perfeita” que a paridade dos sexos pretende instituir é questionada no sentido de que continuaria a existir operárias/os representadas/os por seus patrões, bem como negras/os representadas/os por brancos nas comissões paritárias.

A falta de debate em torno dos princípios políticos e teóricos que sustentam a paridade, consoante Eleni Varikas, permite “afirmar uma coisa e seu contrário”: que ela pretende refundar a democracia, contudo também busca simplesmente dividir o poder na democracia “tal qual ela é”; que supõe uma ruptura essencial com os princípios republicanos, mas também pode integrar esses princípios fundadores; que não se importa com o conteúdo da política, todavia também constitui-se num modo de fazer uma política diferente; que é uma medida de igualdade formal que em nada garante a transformação das relações sociais entre os sexos, mas também é a “última grande batalha das mulheres.”

Para Varikas é inadequada a afirmação que uma deliberação legislativa legítima obrigatoriamente passa pelo crivo de um mesmo número de homens e de mulheres. As perspectivas acerca dos problemas da vida em comum que derivam de pertencer a este ou aquele grupo social ou a experiência desta ou daquela relação de dominação são sem dúvidas parciais e, a menos que sejam reformuladas em termos que considerem uma noção de justiça ou de equidade generalizável, “não podem tornar-se pertinentes do ponto de vista da sua autoridade moral e da sua eficiência política.”¹⁸²

181 VARIKAS, Eleni (1996?). **Refundar ou reacomodar a democracia?** Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. Revista Estudos Feministas, 4, 1: 65/94. p. 71.

182 Ibid.. p. 75.

Considere-se como exemplo o caso da deliberação do Plano Estadual de Educação 2015-2025 na Assembleia Legislativa do Amapá. Trata-se de uma Assembleia praticamente paritária, sua composição é de onze deputadas mulheres dentre vinte e quatro deputados no total. Seguindo a lógica dos defensores da representação por grupo, as mulheres na Casa de Leis do Amapá encontram-se bem representadas como grupo de interesse. Entretanto, ao analisar o Plano aprovado naquela Assembleia, verifica-se que as deputadas amapaenses mantiveram as referências ao “gênero” nas metas e estratégias, ao passo que excluíram destas a garantia do acesso nas escolas ao uso do banheiro público para os indivíduos com identidade de gênero diferenciada daquela designada em seu registro de nascimento, bem como, suprimiram a previsão de aplicação de Resolução que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

De outro lado, o Plano aprovado do Mato Grosso (2014-2024) se destaca dentre as normativas aprovadas nos demais estados da Federação pois apresenta-se como o mais inclusivo e democrático do país. Dentre as metas e estratégias aprovadas encontram-se ao menos seis estratégias para o enfrentamento da discriminação de gênero e sexual (em destaque a estratégia 16 da meta 5, “Oferecer formação continuada aos profissionais da educação pública e privada referente a gênero, sexualidade e orientação sexual, dentro do segmento diversidade, visando o enfrentamento do sexismo e da homofobia/lesbofobia/transfobia na perspectiva dos direitos humanos” e a estratégia 5 da meta 15, “Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores que visem o desenvolvimento de propostas pedagógicas adequadas às necessidades específicas dos estudantes quanto ao conhecimento das diversidades étnico-racial, de gênero, sexualidade e orientação sexual.”) Ainda, previsão de apoio à Educação de Jovens e Adultos, à educação do campo e agroecológica, à educação indígena, a alunos especiais, a alunos indígenas-especiais, a educação quilombola e voltada a trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais. Pelo menos quinze estratégias do Plano são voltadas à população indígena, em destaque a estratégia 17 da meta 11, “Atender nas escolas indígenas que solicitarem curso EJA/PROEJA e que, de preferência, o curso seja ministrado pelo próprio índio”, a estratégia 12 da meta 13, “Apoiar técnica e financeiramente as ações do Conselho Estadual Indígena (CEI)” e a estratégia 15 da mesma meta, “Criar e implantar o Centro Educacional de Formação, Pesquisa e Produção de Material Didático Indígena em cada região do Estado de Mato Grosso.”

O Plano ainda se preocupa com os pais-estudantes (“Assegurar à demanda da EJA profissional capacitado e ambiente diferenciado para atender as necessidades de pais alunos cujos filhos menores de 10 anos necessitem de acompanhamento enquanto estudam para que não haja desistência”) e alunos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante. A Assembleia Legislativa que aprovou esse Plano é no Brasil a que possui menos mulheres em seu corpo parlamentar (juntamente com o Amazonas), uma deputada apenas.

Varikas explica, a partir do movimento operário, que este movimento nunca pretendeu que a presença física dos operários nas assembleias asseguraria a defesa dos seus interesses de classe ou aqueles dos oprimidos, “(...) a representação dos interesses de operários era assegurada pelos partidos operários (ou tão somente o partido operário), ou seja, sobre a base de um programa, e não pela presença física nas assembleias de um contingente operário” (ênfase suprimida). E completa, “A aposta que nos querem levar a aceitar – sob pena de sermos consideradas não feministas – vai noutra direção, pois pretende substituir o acordo em torno a ideias políticas pela confiança que teríamos nas representantes do nosso sexo” (ênfase suprimida).

A recusa de confiar nas mulheres, como afirma Varikas, não se relaciona com a ideia de que as mulheres seriam piores que os homens, “elas não são nem melhores e nem piores”¹⁸³. Como se viu da análise do recebimento e deliberação do PEE-PR pelas deputadas estaduais do Paraná, a ideia tão inocentemente defendida de que uma parlamentar mulher poderia espontaneamente defender os interesses das mulheres em vez de defender o programa do seu partido cai por terra. Segundo a autora trata-se de uma percepção deficiente de democracia aquela que deseja que os membros das assembleias ajam não segundo posições políticas que asseguraram sua eleição mas com base no seu pertencimento de gênero. Ressalta-se: “num período onde a crise do sistema político recoloca na ordem do dia a exigência de um controle dos cidadãos sobre seus representantes, cabe perguntar, em nome de que princípio político pretende-se eximir metade dos cidadãos deste critério?”.¹⁸⁴

O poder existente hoje necessita para a integração de mulheres no seu corpo legislativo que as mulheres se conformem a uma definição homogênea e arbitrária da

183 VARIKAS, Eleni (1996?). **Refundar ou reacomodar a democracia?** Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Revista Estudos Feministas*, 4, 1: 65/94. p. 81.

184 Ibid.. loc. cit..

feminilidade. Como exemplo, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher na ALEP-PR, ano de 2015, foram distribuídas flores às mulheres presentes na sessão comemorativa. O presidente da Casa, Deputado Ademar Traiano (PSDB) indignou-se com uma professora que devolveu a rosa que recebeu do cerimonial da ALEP: “(...) mandamos – como entregamos à todas as mulheres – uma rosa, e houve uma professora que mandou devolver. Isso é uma coisa muito desagradável, isso diminui a mulher. Não podemos conceber que isso ocorra. Então fica aqui o registro. (...)”.¹⁸⁵ O trecho expõe a impugnação promovida pelo presidente à tentativa da professora em romper o mecanismo social de assujeitamento que submete as mulheres naquele espaço institucional. O assujeitamento se explicita tendo em vista que “o único valor para uma mulher e seu único dever residem na realização de sua feminitude.[...] que não pode desabrochar senão na passividade sexual, na aceitação da dominação do marido e o dom de si no amor.”¹⁸⁶

A cidadania das mulheres analisada a partir da deliberação do PEE-PR também levanta questões acerca dos aparatos ideológicos do Estado, como estudou Louis Althusser¹⁸⁷. A reinvidicação de um grupo de mulheres evangélicas e católicas presentes na Casa de Leis no dia que o Plano foi votado foi manejada pela dinâmica de poder desenvolvida por aparelhos ideológicos do Estado, o que ao fim, constrangeu uma representação democrática das mulheres, grupos LGBT e queer.

A professora Jimena Furlani, pesquisadora de gênero e sexualidade da Universidade do Estado de Santa Catarina, conta que se espantou ao de repente “acordar ideóloga de gênero e doutrinadora de crianças” e por isso começou uma investigação, publicando diversos vídeos para denunciar a perversão de uma narrativa suficientemente ameaçadora para a sociedade que foi construída para “alardear que 'algo' ameaça suas crianças e que há um complô mundial para destruir sua família.”¹⁸⁸

Consoante a pesquisa de Jimena Furlani, a narrativa apresentada à sociedade é surgida no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento

185 Diário Oficial da Assembleia. Ata n.º 14. 4a feira. 11/mar/2015. Edição n.º 821. 18ª Legislatura. Publicação n.º 22. p. 8.

186 FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weisseberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

187 São devidos agradecimentos à Professora Carolina Bagattolli do Programa de Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná por ter sugerido esse ponto no I Encontro de Pesquisa de.por.sobre Mulheres.

188 FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?** [30 de agosto, 2016]. on-line: *Revista da Agência Pública*. Entrevista concedida a Andrea Dip. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

pró-vida e pró-família que, no Brasil, parece estar centralizado em um site chamado Observatório Interamericano de Biopolítica. Em 2015 os políticos, senador pastor Magno Malta (PR), o deputado Jair Bolsonaro (PSC), o deputado pastor Marco Feliciano (PSC), o pastor Silas Malafaia, a pastora Damares Alves e a pastora Marisa Lobo visaram através da divulgação de vídeos difundir o sintagma. Indica Furlani que o termo foi usado em 1998 em uma Conferência Episcopal da Igreja Católica realizada no Peru, cujo tema foi “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”. Explica, ainda, que seus criadores se baseiam em dois livros para formar a narrativa da “ideologia de gênero”, o primeiro é o livro de Dale O’Leary intitulado “Agenda de gênero”, de 1996. Segundo a professora da UDESC, neste a autora faz um relato das Conferências da Onu de Cairo, 1994 e Pequim, 1995, descreve, sob o seu ponto de vista, a ação das feministas em apresentar o conceito de gênero e como, a partir dali, a Organização das Nações Unidas assume a chamada perspectiva de gênero para as políticas públicas sobre os direitos das mulheres. O segundo material é o livro de Jorge Scala, cuja primeira edição é intitulada “Ideologia de Gênero: o gênero como ferramenta de poder”, de 2010, que no Brasil, peculiarmente, é intitulado “Ideologia de Gênero – o neototalitarismo e a morte da família”, de 2015. A catarinense registra que o autor é um advogado argentino, “conhecido defensor de causas antiaborto e contra os direitos das mulheres, membro do movimento pró-vida, que apresenta uma série de interpretações dos estudos de gênero, extremamente problemáticas e convenientemente articuladas para desqualificar tais estudos e apresentá-los como danosos para a sociedade.”.¹⁸⁹

Em 2014 e 2015, anos de aprovação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais, respectivamente, a narrativa em torno do sintagma foi exaustivamente repetida, aponta Furlani, em vídeos, textos, cartilhas, documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, palestras, etc. Consoante o conteúdo divulgado, haveria uma conspiração mundial entre Nações Unidas, União Europeia, governos de esquerda, movimentos feminista e LGBT para “destruir a família”, mas que, conforme analisa, ao fim e ao cabo, objetiva a propagação de pânico social e persuasão da população contra os estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, mormente nas questões

189 FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?**. [30 de agosto, 2016]. on-line: *Revista da Agência Pública*. Entrevista concedida a Andrea Dip. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>.

mais atuais ligadas aos direitos humanos, como, por exemplo, o uso do nome social, o direito à identidade de gênero e a livre orientação sexual. A estudiosa identifica os argumentos utilizados pelos defensores da expressão como disparatadamente equivocados em relação aos estudos de gênero, um “ato deliberado de má-fé – uma desonestidade intelectual daqueles que criaram e divulgaram a ideologia de gênero no Brasil”.¹⁹⁰

Nessa seara, merece ser objeto de preocupação o ensaio “Ideologia e Aparelhos Ideológicos” de Louis Althusser para que se possa pincelar sobre o sucesso na difusão da narrativa da “Ideologia de gênero” pelos aparelhos responsáveis pelo assujeitamento dos indivíduos, nesse caso, aparelho ideológico de Estado político e aparelho ideológico de Estado religioso.

Ao formular o conceito de “aparelhos ideológicos de Estado”¹⁹¹, o filósofo é compelido a explicitar seu conceito de ideologia. Afirmar que a ideologia não tem história, constitui uma representação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, pois é uma distorção das relações reais; a ideologia tem uma existência material (práticas sociais) e interpela os indivíduos como sujeitos: “toda ideologia tem a função (que a define) de constituir indivíduos concretos em sujeitos”.¹⁹² Teresa de Lauretis irá dizer que, se trocarmos a palavra ideologia pela palavra gênero na afirmação de Althusser, ainda funciona, alterando-se levemente os termos, “o gênero tem a função (que o define) de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres”.¹⁹³ Retomando, para o filósofo francês, os aparelhos ideológicos de Estado, através de suas práticas e rituais, realizam as ideologias e, assim, contribuem para reproduzir as relações de produção: garantem a opressão de classe e suas condições de exploração e reprodução.

Conforme explica Lauretis, a inovação das teses de Althusser reside na sua percepção de que a ideologia opera não só no nível econômico “mas também, e fundamentalmente, por meio do seu engajamento de subjetividade”¹⁹⁴, por trás de

190 FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?**. [30 de agosto, 2016]. on-line: Revista da Agência Pública. Entrevista concedida a Andrea Dip. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>.

191 ALTHUSSER, L. (1980) **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980.

192 Ibid.. p. 94

193 LAURETIS, Teresa de (1987). **A tecnologia do gênero**. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 206-242. p. 213. Publicado originalmente como “The technology of gender” foi publicado em *Technologies of gender*, Indiana University Press, 1987, pp. 1-30.

194 Ibid..

todo este mecanismo de constituição do sujeito através da interpelação feita pela ideologia, o que está em jogo é justamente a reprodução das relações de exploração que devem ser perpetuadas para que a formação social se mantenha, e uma dessas relações é a percepção de que se é livre (que se está fora da ideologia) e que todos são livres – ainda mais, de que a liberdade é o centro do sujeito interpelado pela ideologia, desta forma, de que é impossível um sujeito sem liberdade.

Os considerados bons-sujeitos pela intervenção da ideologia da classe dominante presente nos aparelhos ideológicos de Estado, são aqueles que seguem os modelos propostos pelo sistema capitalista (“normalizados, economicamente viáveis em termos de produção e consumo, preparados para gerar lucros e garantir a estabilidade do mercado.”¹⁹⁵). Eles o fazem de forma “natural”, “é verdade que é assim e não de outra maneira, que é preciso obedecer a Deus, à voz da consciência, ao padre, (...), ao patrão (...)”¹⁹⁶, já os “maus-sujeitos”, os anormais, os desviantes e transviados, precisam ser punidos pelo aparelho repressivo do Estado, a fim de que possam fazer parte do sistema e dos modelos que este sistema impõe a todos.¹⁹⁷

Pode-se dizer que o indivíduo engajado em barrar o “gênero” e a “diversidade sexual” do Plano é, nas palavras de Althusser, “através do dispositivo conceitual perfeitamente ideológico assim estabelecido”, “sujeito dotado de uma consciência em que forma livremente, ou reconhece livremente, as ideias em que crê” cujo comportamento (material) decorre naturalmente. Sendo certo que a ideologia impõe as “evidências como evidências”¹⁹⁸ (função de reconhecimento ideológico), e, como visto, a heteronormatividade é a ideologia que racionalizou as diferenças anatômicas entre os seres humanos, segundo a qual o desejo sexual ocorre universalmente sob o imperativo da reprodução, esse sujeito – assujeitado pelo aparelho ideológico político e religioso do Estado - irá bradar que as políticas-pedagógicas devem observar o imperativo heteronormativo.

195 MOREIRA, Jasmine. **Janelas fechadas**: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014. 2016. 111 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

196 ALTHUSSER, L. (1980) **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980. p. 113.

197 Ibid.. loc. cit..

198 Ibid.. p. 96.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do gênero como forma de diferenciação social primária ocorreu na redação final do PEE-PR como a saída encontrada pelas(os) parlamentares para fazer oposição e repelir a chamada “ideologia de gênero”, declinando de formular/aprovar estratégias que relacionavam metas para uma educação de respeito aos indivíduos fora das sendas da heterossexualidade. A afirmação da diferença sexual, instituindo “o respeito entre homens e mulheres” como a premissa adequada para a formulação de políticas públicas para a escola sublinha a opção realizada para manter as dinâmicas sociais que produzem os “gêneros inteligíveis”. Portanto, a redação do PEE aprovada na Casa de Leis é assentada num binarismo restritivo, no falocentrismo e na heteronormatividade.

A partir da reflexão crítica proferida acerca da sexualização do indivíduo na esfera de representação política como demandado pelas defensoras da paridade dos sexos e, tendo em vista o que foi constatado a partir do Plano aprovado, suspeita-se que a opção pela diferença sexual como modo de incluir mulheres nos parlamentos seja uma maneira de simplesmente afirmar a já significativa representação simbólica como a ordem natural do mundo. Acredita-se que dificilmente uma composição paritária das Assembleias será um indicador da igualdade das mulheres, provavelmente será mais a concretização de uma demanda de inclusão de mulheres que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual do que por uma busca em desnaturalizar os binarismos que instituem hierarquias.

Ademais, a política desenvolvida na ALEP-PR demonstrou não estar comprometida com a sua pertença de gênero, ainda que as deputadas estudadas no trabalho façam parte da Comissão dos Direitos da Mulher na ALEP. Desse modo, constatou-se que a representação descritiva das mulheres não deve ser uma aposta para avançar uma representação substantiva delas.

Portanto, desafiar a dominação profundamente arraigada, instituída pelo patriarcado e pela heteronormatividade é mais do que simplesmente um problema de acrescentar mulheres no parlamento. A fórmula “*add woman and stir*” não opera com sucesso no parlamento estadual paranaense. A questão-chave no tocante à metáfora é o que acontece com a mistura após a agitação: se a mistura explode, então a adição de gênero é importante. Verificou-se que as parlamentares não querem representar mulheres (pelo menos não de uma forma feminista) e nem todas as legisladoras que

possam querer fazê-lo por causa das partes a que pertencem (a pertença partidária motivou a compra da conservadora pauta da “ideologia de gênero”). A qualidade da relação representacional indica que a tarefa de dissolver as narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias ainda não foi acatada, pois, apesar da igualdade formal viabilizar conquistas às mulheres, essa estratégia foi delimitada por uma ideologia que nega (tanto aos homens, como às mulheres) a possibilidade da diversidade.

A ideologia heteronormativa definida nos aparelhos ideológicos político e religioso do Estado assujeita o indivíduo e o leva bradar que as políticas-pedagógicas devem observar o imperativo heteronormativo. Por essa razão acredita-se que a presença sob quaisquer condições de mulheres nos parlamentos não provoca nem forçosa nem automaticamente uma erosão das estruturas de dominação que impedem as mulheres de usufruir de uma cidadania plena. Rastrear grupos antidemocráticos e utilizar mecanismos para prevenir esses grupos de realizar suas preferências políticas (*Impediments to Political Participation* -IPP’S como sugerido por Suzanne Dovi) parece ser uma forma de enfrentar o problema da existência de uma cultura política que sanciona a retirada de direitos e desfavorece grupos mais vulneráveis. Somente a partir da existência de uma cultura política melhor os indivíduos poderão constituir-se no espaço público como promotores da ação social a partir de sua própria construção como agentes, concomitante às demandas e ao aparecimento de espaços e possibilidades políticas de reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. (1980) **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980.

Autos do Protocolado n.º: 2481/2015 PODER LEGISLATIVO/PR. Ementa: Mensagem nº 23/2015. Aprovação do Plano Estadual de Educação e Adoção de Outras Providências.

BENTO, B. (2006). **Corpos e próteses**: Dos limites discursivos do dimorfismo [Versão eletrônica]. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero em Florianópolis, 7, 1-7. Recuperado em 12 junho de 2010, de http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf

BUTLER, Judith (1993). **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Org. LOURO, Guacira Lopes. Traduções: SILVA, Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Publicado originalmente com o título "Introduction", no livro: Judith Butler. Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'. Nova York/Londres: Routledge, 1993: pp.1-16.

_____. (2013). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CÉSAR, M. R. de A. (2004). **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. (2009). **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma “Epistemologia” . Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR

CÉSAR, M. R. de A. SETTI, Nádia. **Corpos e identidades em jogo. Dois olhares feministas. Des corps et des identités en jeux. Deux regards féministes**. Revista Labrys (web), études féministes/estudos feministas juillet/décembre 2012 - julho /dezembro 2012.

CLAUDIA PEREIRA Biografia (Conheça os deputados ALEP-PR). Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/1031-claudia-pereira>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

COUTO, Maria Thereza (2005). **Gênero e comportamento reprodutivo no contexto de famílias em pluralismo religioso**. In: HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

DAUMER, Elisabeth (1992). **Queer ethics; or the challenge of bisexuality to lesbian ethics**, *Hypatia*, vol.7, nº7, p.91-105.

Diário Oficial da Assembleia. Poder Legislativo Estadual. 4ª feira. 11 de março de 2015. Edição n.º 821. 18ª Legislatura. Publicação n.º 22. p. 8. Ata n.º 14.

Diário Oficial da Assembleia. Poder Legislativo Estadual. 3ª feira. 23 de junho de 2015. Edição nº 889. 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa. Publicação nº 90. Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2015 – Ata nº 57.

Diário Oficial Assembleia. Poder Legislativo Estadual. 5ª feira, 25 de junho de 2015. Edição nº 891. 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, Publicação nº 92.

DOVI, Suzanne (2006). **Making Democracy Work for Women?**. Conference on Political Women and American Democracy, University of Notre Dame, South Bend, IN., 2006.

_____. (2015). **The Politics of Non-Presence**. Paper preparado para apresentação na ECPG Conference in Uppsala, 11-13 Junho de 2015.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?**. cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.201-223.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissemberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

FURLANI, Jimena (2003). **Educação Sexual** - possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; HECKEL, Jane Felipe; SILVANA. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003).

_____. (2016). **"Ideologia de Gênero"?** Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jimena.furlani>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2016.

_____. (2016). **Existe “ideologia de gênero”?**. [30 de agosto, 2016]. on-line: *Revista da Agência Pública*. Entrevista concedida a Andrea Dip. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>.

HEILBORN, Maria Luiza (2005). **O aprendizado da sexualidade**: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond.

HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravad (2005). **Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade**. In HEILBORN, Maria Luiza (org)... [et.al.]. **Sexualidade, Família e Ethos Religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory**: an introduction. New York: NYUP, 1996.

JUBILUT, Liliana Lyra (2013). **Itinerários para a proteção das minorias e dos grupos vulneráveis**: os desafios conceituais e de estratégias de abordagem. p.13-32. In JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; e, MAGALHÃES, José Luiz Quadros de (coords.). **Direito à diferença: aspectos teóricos**

e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis, volume I. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAURETIS, Teresa de (1987). **A tecnologia do gênero**. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 206-242. Publicado originalmente como "The technology of gender" foi publicado em *Technologies of gender*, Indiana University Press, 1987, pp. 1-30.

LIMA, Ana Cecilia Acioli. **Teorias queer, feminismo/s e Jeanette Winterson**: por uma política possível. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*. Ano 4 - Edição 4 – Junho-Agosto de 2011.

LOURO, Guacira Lopes (2007). **Pedagogias da sexualidade** em O corpo Educado, pedagogias da sexualidade. Org. LOURO, Guacira Lopes. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2007.

_____. (2009). **Heteronormatividade e Homofobia**. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Desvelo e interesse na Teoria Feminista**. In BIROLI, Flávia. e MIGUEL, Luis Felipe. (orgs.). *Teoria política e feminismo – abordagens brasileiras*. Vinhedo, SP, Editora Horizonte, 2012.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas fechadas**: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014. 2016. 111 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOUFFE, Chantal (2005). **The return of the political**. London: Verso, 1993.

NAVARRO-SWAIN, T. (2000). **"A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário"**. *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 (Feminismos: Teorias e Perspectivas. Número organizado por Tânia Navarro Swain), p. 47-85, 2000.

_____. (2001). **Para além do binário**: os queers e o heterogênero. *Gênero*, Niterói, v. 2, n.1, p. 87-99, 2001. p. 9.

_____. (2004). **O normal e o "abjeto"**: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys. Estudos Feministas* (Online), web, v. 6, n.agosto/dez, p. 1-11, 2004.

_____. [2011?] **A violência política da naturalização dos corpos**: feminismos e poder. Conferência em Fortaleza. Disponível em: http://tanianavarrowswain.com.br/brasil/conferencia%20fortaleza.htm#_edn5.

OKIN, Susan Moller (2008). **Gênero, o público e o privado**. *Revista Estudos Feministas*, v.16, n. 2.

PHILLIPS, Anne (2011). **O que há de errado com a democracia liberal?** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 339-363. Do original "So what's wrong with liberal democracy?", publicado como o capítulo 6 do livro *Engendering democracy*. Direitos autorais concedidos pela Polity Press Ltd. Traduzido por Plínio Dentzien. Revisão da tradução por Flávia Biroli.

PITKIN, Hanna F. (1967). **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press.

PRECIADO, Beatriz (2003). **MULTIDÕES QUEER** – Notas para uma política dos "anormais". Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2011. Traduzido por Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveiras a partir do texto original em francês, publicado em 2003 na revista Multitudes.

_____. (2014) **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SACCHET, Teresa (2012). **Representação política, representação de grupos e política de cotas**: perspectivas e contendas feministas. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 399-431, maio-agosto/2012.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 1. 288p .

SCHULMAN, Sarah. **Homofobia familiar**: uma experiência em busca de reconhecimento. Revista Bagoas, n. 05, 2010, p. 67-78.

SCOTT, Joan Wallach (1995). **"Gênero: uma categoria útil de análise histórica"**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro. Primeira versão americana: SCOTT, J. W.. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". The American Historical Review, vol. 91, nº 5. (Dec.,1986), pp. 1053-1075.

TODA A TRADIÇÃO religiosa de Claudia Pereira está no "Fala Deputado" desta semana, na Rádio Assembleia. 02/12/2015, atualizado em 07/12/2015. Entrevista dada à Claudia Ribeiro, jornalista da Assessoria de Imprensa da ALEP-PR. Disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/toda-a-tradicao-religiosa-de-claudia-pereira-esta-no-fala-deputado-desta-semana-na-radio-assembly. Acesso em: 02 de abril de 2017.

VARIKAS, Eleni (1996). **Refundar ou reacomodar a democracia?** Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. Revista Estudos Feministas, 4, 1: 65/94.

YOUNG, Iris Marion (1985). **Humanism, Gynocentrism and Feminist Politics**. Women's Studies International Forum, v. 8, p. 173-183, 1985.